

# Compêndio de Artigos



I Encontro

História & Psicologia

dialogando

**Relações de Gênero**

# **Compêndio de Artigos**

I Encontro História & Psicologia:  
**dialogando Relações de Gênero**

**11/12/2015 e 12/12/2015**

Metamorfose Cursos  
wwlivros  
Porto Alegre

## **I Encontro História & Psicologia: dialogando Relações de Gênero**

De 11 a 12 de dezembro de 2015 • Porto Alegre

Perez, Tatiana Spalding (organização)

Compêndio de Artigos

**Organização:** Tatiana Spalding Perez

**Revisão e normatização:** Os autores

**Capa e diagramação:** Tatiana Spalding Perez

### **Comissão Organizadora do I Encontro História & Psicologia:**

Tatiana Spalding Perez

Gabriela Romeira

Marcelo Spalding

Graziana Fraga dos Santos

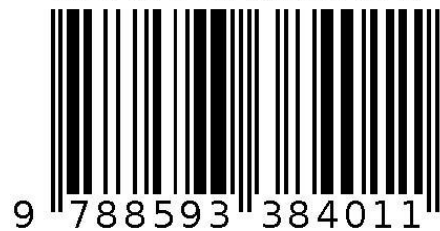
**Realização:** Metamorfose Cursos e wwlivros

**Editora:** wwlivros

### **ISBN:**

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93384-01-1



© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia autorização escrita do(s) autor(es). As informações contidas nos artigos são de responsabilidade de seu(s) autor(es).

## PREFÁCIO

O **I Encontro História & Psicologia** foi realizado em Porto Alegre nos dias 11 e 12 de dezembro de 2015, promovido pela Metamorfose Cursos. O objetivo do Encontro foi promover o diálogo entre as disciplinas de forma a ampliar o conhecimento e discussão acerca de uma temática tão latente na sociedade atual: **as relações de gênero**.

No primeiro dia do Encontro, acadêmicos de diversas áreas apresentaram trabalhos com temática livre. Os resumos desses trabalhos encontram-se nos Anais do I Encontro História & Psicologia, disponível para acesso no site do evento, link “anais” (<http://www.historiaepsicologia.com.br/anais>). No segundo dia, o Encontro contou com a participação de professores pesquisadores da temática em mesas redondas divididas por profissionais da área de história e psicologia, promovendo o diálogo entre as áreas. Participaram desse momento o doutor em Psicologia *Eduardo Marodin Lomando* e a mestranda em História *Camila Albani Petró* na conferência de abertura. O doutorando em Psicologia *Angelo Brandelli Costa* e a doutora em História *Carla Barbosa* na mesa redonda “Violência e relações de gênero”. E a mestre em Psicologia e psicóloga escolar *Renata Plácido* e o mestrando em História e professor de História no Ensino Médio e Curso Pré-Vestibular *Marcos Santos Machry* na mesa redonda “As relações de gênero na Escola”.

O Encontro foi um sucesso, avaliado com nota máxima por todos os ouvintes presentes. Colocar disciplinas tão próximas em importância social, mas um pouco distantes em configurações acadêmicas, para dialogar foi um desafio. Desafio abraçado por todos os participantes. E, ao final, esse abraço mostrou que é possível (e necessário) o diálogo multidisciplinar para melhor desenvolvimento do conhecimento científico, principalmente em temáticas cuja complexidade não comporta uma simplificação para seu entendimento.

Com o intuito de dissipar ainda mais a troca de conhecimentos, os participantes do Encontro foram convidados a transformar suas apresentações em artigos, compilados nesse livro. O resultado você pode acompanhar na leitura deste material intrigante e instigante.

Se esse livro conseguir levar até você, leitor, 10% do diálogo que o Encontro promoveu, já fico satisfeita. Boa leitura!

**Tatiana Spalding Perez**

Psicóloga (FADERGS) & Bacharel em História (UFRGS)

Organizadora do I Encontro História & Psicologia

[www.historiaepsicologia.com.br](http://www.historiaepsicologia.com.br)

[www.tatianaperez.com.br](http://www.tatianaperez.com.br)

## SUMÁRIO

***Revenge Porn e Slut Shaming: um ensaio sobre violência de gênero nas redes sociais, adolescência e suicídio*** p.05

*Eugênia Lena Dorneles  
Maria Eduarda Germano Motta  
Vanessa Branco Cardoso*

**Uma psicologia feminista brasileira?** p.16

*Marília Saldanha  
Henrique Nardi*

**Identidades perseguidas: o critério de concessão de refúgio via pertença a grupo social** p.27

*Daniel Braga Nascimento*

**As relações de gênero na escola: Provocações psicanalíticas** p.37

*Renata C. Plácido  
Bibiana G. Malgarim*

**Neuropsicanálise: Uma Análise da Literatura Nacional** p.43

*Camila Rückert  
Gabriela da Silva Marques*

**Bancários em sofrimento: uma análise da literatura nacional** p.49

*Gabriela da Silva Marques (FEEVALE)  
Carmem Regina Giongo (FEEVALE)*

## ***Revenge Porn e Slut Shaming: um ensaio sobre violência de gênero nas redes sociais, adolescência e suicídio***

Eugênia Lena Dorneles<sup>1</sup>

Vanessa Branco Cardoso<sup>2</sup>

Maria Eduarda Germano Motta<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Slut shaming é o ato de constranger alguém por ser “vadia” e trata-se de uma violência de gênero que tenta restringir a expressão da sexualidade da mulher por meio de insultos. Inicia-se com a revelação de imagens ou vídeos de mulheres, em geral adolescentes, em poses sensuais, nuas ou praticando sexo nas redes sociais onde amigos, familiares, colegas e desconhecidos podem ter livre acesso. Entre 2012 e 2014, houve um aumento expressivo nos casos, verificando-se a ocorrência de suicídios associados a estes episódios. O objetivo desse trabalho é refletir sobre o slut shaming e a ligação com o suicídio na adolescência. A metodologia é a pesquisa documental e bibliográfica, realizada em sites de notícias (G1 e R7) e nas plataformas de pesquisa científica (SciELO, CAPES e Google Acadêmico). Os descritores utilizados foram: slut shaming, suicídio, adolescência, Psicologia. Os resultados encontrados foram que ainda é escassa a produção acadêmica sobre o assunto no Brasil. Nos meios de comunicação, evidenciam-se casos com desfecho fatal e apontam-se possíveis causas socioculturais para o fenômeno, como a pouca vigilância dos pais em relação aos filhos na internet e os self nudes (tirar fotos nuas de si própria) como uma forma contemporânea de descoberta do próprio corpo na adolescência. Nas publicações de Psicologia sobre suicídio na adolescência, aponta-se que os estressores ambientais podem causar desesperança, baixa capacidade de enfrentamento de problemas, depressão e impulsividade. Portanto, pode-se relacionar este tipo de violência com os fatores de risco de suicídio na adolescência, já que por vergonha de contar aos pais ou procurar ajuda profissional as vítimas isolam-se, não vislumbrando outra alternativa de enfrentamento da situação. Salienta-se a urgência de novas produções sobre intervenções psicológicas relacionando ao slut shaming e suicídio na adolescência.

---

<sup>1</sup> Psicóloga Clínica, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Metodista do Sul – IPA

<sup>3</sup> Psicóloga Residente do Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre – HPS-POA, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

*Meu desejo é que o seu desejo não me defina.*

Antiga Poesia - Ellen Oléria

A crescente e contínua expansão tecnológica abriu infinitos caminhos de interação e troca de informações na internet. Dentro dessa dinâmica, surgem as trocas de imagens e vídeos de todas as espécies por meio de *smartphones* e redes sociais. Essa troca contínua tem possibilitado o fluxo instantâneo do envio de fotos e vídeos com conteúdo íntimos, surgindo assim, outras formas de violência na internet. No Brasil, entre 2012 e 2014 (SAFERNET, 2013) houve um aumento expressivo dos casos de divulgação de conteúdos íntimos, verificando-se a ocorrência de suicídios associados a estes episódios. O objetivo desse trabalho é refletir sobre o *revenge porn*, *slut shaming* e suicídio na adolescência, perpassando por conceitos do desenvolvimento social e psicológico dessa etapa da vida, as novas formas de sociabilidade propostas pela internet e os riscos de suicídio devido a conflitos que podem ocorrer em decorrência de violências de gênero que inundam as redes sociais.

### **#ACulpaNuncaÉDaVítima**

O compartilhamento de imagens e vídeos íntimos de mulheres, bem como a repercussão nacional de alguns casos, vem sempre acompanhados de uma forte tendência a culpabilização das vítimas. Esse fato – tão comum e naturalizado em nossa sociedade – faz com que seja impossível falar sobre *slut shaming* e *revenge porn* sem revisitar temas intimamente entrelaçados com esses conceitos: a violência sexual contra a mulher e a cultura do estupro.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2012) a violência sexual é uma das violações de Direitos Humanos mais cruéis e persistentes. É um fenômeno histórico que atinge principalmente mulheres, adolescentes e crianças em todas as classes sociais. Esse tipo de violência não é apenas físico, mas também simbólico, pois produz subjetividades vulnerabilizadas produzindo “uma sensação de constante insegurança, contribuindo para a perpetuação de uma cultura violenta e patriarcal” (BRASIL, 2012, p. 10). Há uma naturalização das relações assimétricas entre homens e mulheres, havendo a banalização da violência cometida contra a mulher, inclusive a de ordem sexual. Inverte-se a responsabilidade da culpa, provocando o silêncio da vítima que muitas vezes não denuncia ou reconhece que sofreu um ato criminoso. Há empecilhos criados dentro da cultura que dificultam identificar esses casos de

violência. O próprio o ato de denunciar, muitas vezes significa reviver a situação traumática através de depoimentos vexatórios e tentativas de descredibilizar a mulher violentada. E então, a polícia, o profissional de saúde e a população em geral “estupram” simbolicamente a mulher novamente, pedindo que ela reviva *ad infinitum* a experiência traumática. Solicitam que ela fale sobre o abuso, embora sigam duvidando de sua fala. Vítima e estuproador estão imersos em um jogo de significados complexos, onde a mulher é ensinada a não se expor e o homem é ensinado a ter um comportamento sexual e social agressivo. Pensando sob essa ótica, Tiburi (2016) defende a existência de um modo de viver, pensar e agir que naturaliza o estupro na cultura.

A pornografia não consensual deve ser tratada como uma das tantas formas de violência de gênero e dessa maneira, salienta-se que o grande problema está em divulgar o conteúdo audiovisual produzido. A opinião popular dentro e fora da internet defende que “Se não queria ser exposta na rede, ninguém mandou deixar ser gravada transando” ou então que “Mulher que se deixa ser filmada é puta”. Baseados na afirmação de “Inventou de gravar? Agora aguenta!” não concebem que o fato do consentimento ter ocorrido para a gravação não implica, e nem está implícito, a concordância com a divulgação das imagens. A responsabilidade sempre será daquele que rompeu o acordo de confiança e expôs a intimidade à qual teve acesso. Este tipo de comentário, baseia-se nos mecanismos sociais e culturais postos para desculpar o agressor culpando a vítima. Isso faz parte da cultura do estupro. E, para além disso, é uma produção discursiva sobre como as mulheres devem se sentir culpadas por terem sofrido a violência. Para Tiburi (2016, p. 2) é fundamental “educar os homens para respeitar o corpo alheio e que ele não tente promover a sua masculinidade através da violência” e não apenas ensinar as mulheres a evitar esse tipo de agressão.

A SaferNet Brasil (2013), atua junto aos Ministérios Públicos Estaduais investigando práticas contra os Direitos Humanos na internet, levantou que entre os meses de janeiro e dezembro de 2012 foram registradas 48 denúncias, e no mesmo período de 2013, houve um aumento de 110%. Já em 2014, de janeiro a junho, foram realizadas 108 denúncias. De acordo com a organização, quem mais recebe e compartilha imagens íntimas são os homens (64% da amostra de 2 mil brasileiros). A partir desses dados, aponta-se que a pornografia de vingança e a intenção de constranger mulheres por sua sexualidade é também uma violência de gênero. A



pornografia de revanche (*revenge porn*) consiste na divulgação de material de cunho sexual, geralmente associado ao fim de um relacionamento, produzido em um momento íntimo e com aprovação – ou não – de ambas as partes presentes no vídeo. Já o *slut shaming* consiste no ato de constranger alguém por julgá-la “vadia”, ou seja, pela sua promiscuidade sexual. O *slut shaming* está intimamente e perversamente ligado ao *revenge porn*, com o objetivo de restringir a expressão da sexualidade da mulher. Essa exposição causa constrangimento e danos emocionais imensuráveis a vítima. Revela-se imagens ou vídeos de mulheres, em geral adolescentes, em poses sensuais, nuas ou praticando sexo nas redes sociais onde amigos, familiares, colegas e desconhecidos podem ter livre acesso causando escárnio, ameaças e difamação das vítimas, um verdadeiro “linchamento virtual” (FAGUNDES, 2015).

### **Adolescência(s): tantas em uma só**

Bauman (2001) afirma que as ideias de liberdade na contemporaneidade, tanto incluem promessas de autorrealização através do consumo, quanto desresponsabilizam os indivíduos uns pelos outros. Assim as relações tornam-se cada vez mais frágeis e descartáveis, já que cada vez mais devemos buscar o sucesso pelos meios materiais e não nos importar com as consequências para nossos semelhantes. A adolescência, como etapa de formação de identidade, está imersa nesse fenômeno e passou ser preocupação central da indústria cultural contemporânea (KEHL, 2007). A adolescência, para além de ser um período em que há o amadurecimento dos caracteres sexuais secundários, é uma etapa em que se passa por um período de preparação para vida adulta, não sendo é apenas uma transição biológica e sim um momento onde é preciso adquirir uma significação para esse novo corpo e uma nova identidade. Essa é a questão central do período: a crise de identidade (NASIO, 2011). O comportamento habitual do adolescente muda repentinamente devido a conflitos, contradições, angústias, violências e podem surgir até mesmo atuações autodestrutivas (MACEDO et al, 2010). Dessa maneira, o corpo adolescente precisa ser simbolicamente compreendido por ele mesmo, para que então ele possa “ocupar um lugar entre os adultos” (KEHL, 2007, p. 45).

Além disso, os adolescentes são cada vez mais estimulados a terem o máximo de prazer nas suas experiências e experimentar novas sensações, ao mesmo tempo que idealiza-se e moraliza-se o corpo adolescente, que serve como modelo de beleza para todas idades, mas é protegido do sexo. Essa indeterminação entre não ser mais

criança, mas não ser ainda adulto – e portanto não estar autorizado a ter atitudes e pensamentos de nenhuma das duas fases – cria a sensação de um não-lugar, não-pertencer a uma categoria da qual possa ter referências para a formação da sua identidade. Sendo assim, compreende-se que as transformações psíquicas na adolescência não acompanham a sua nova configuração biológica e social (KEHL, 2007).

### **As redes sociais e as identificações na adolescência: caiu na rede é peixe... ou piranha?**

As redes sociais funcionam como uma intersecção entre pessoas e a tecnologia, construindo uma forma de relação singular entre estas duas instâncias, denominando o que Boyd (2011) chama de *networked publics* – onde *publics*, traduzindo da língua inglesa, tanto pode significar público, quanto audiência. Nesses espaços há uma forma característica de interação entre as pessoas, bem como da circulação das informações, que acabam servindo de plataforma para a construção de identidades (RIBEIRO, NEJM, MIRANDA, 2012). As redes sociais cumprem o papel de mediação entre as vivências reais e virtuais, sendo um espaço performático para a ampliação da socialização *off-line* de adolescentes. Para Boyd (2011), esta expansão da identidade social deve-se, entre outros fatores, a fluidez entre o público e o privado. Por essa facilidade de contato, muitos jovens acabam estendendo sua socialização às redes sociais como parte da vida real. Nesse universo, entrelaçam-se significados e experiências, inclusive a respeito da própria sexualidade. Utiliza-se estes meios tanto para trocar fotos íntimas com seus pares, quanto como instrumento de demonstração de potência sexual. Essas ferramentas de comunicação rápidas e acessíveis, fazem com que a informação circulante fuja ao controle daqueles que a publicam.

Os *self nudes* (fotos que as próprias adolescentes tiram de si e compartilham com suas amigas ou parceiros sexuais) são o principal meio de compartilhamento do nu feminino. A violência ocorre quando os receptores dessas imagens compartilham com outras pessoas, sem a autorização do emissor da mensagem. De acordo com Petrosillo (2015), essa violação de direitos têm características próprias, pois não expõe apenas o corpo, mas facilita-se o constrangimento das vítimas anexando seus dados pessoais para que possam ser identificadas, contribuindo para que outros possam potencializar os efeitos da violência.

O simples fato de enviar imagens de si pelo *WhatsApp*, por exemplo, pode ser algo íntimo e privado, que faz parte do jogo de comparação com o corpo do outro (amigas, amigos, namorado, etc). Contudo, sem a autorização da menina, o receptor pode divulgar a sua imagem com outros amigos, a fim de comprovar sua potência sexual. Este amigo pode mostrar para outro ou divulgar em um dos famigerados grupos de compartilhamento de imagens de mulheres nuas. Como consequência, se uma menina que era vista como estudiosa, frequentava a igreja com sua família e não tinha namorado, e de repente fica exposta nua para toda uma comunidade, ela é esvaziada dessas características e substituída por uma nova identidade frente a sua família, amigos, colegas de escola e vizinhos: ela deixa de ser quem era até então para se tornar uma “vadia”. Infere-se que ela tinha uma vida secreta, suja e com atividades sexuais promíscuas. É preciso pensar sobre a perversidade que envolve a sexualidade feminina: a adolescente que está em fase de amadurecimento psíquico e sexual e é constantemente demandada pelo envio de *self nudes* por seus pares, precisa ter o discernimento de avaliar se está correndo um risco ou não quando adere a esse comportamento. O que não se discute é que enviando fotos, ela se insere em um novo lugar de pertencimento no grupo: o da potência da sexualidade (PETROSILLO, 2015). Mesmo assim, seu corpo é regulado tanto por homens que decidem se vão expor ou não, quanto por mulheres que condenam por desvalorização e julgam merecedor de retaliação.

### **Casos de *Slut Shaming* e *Revenge Porn* na rede: desfechos fatais para além do virtual**

Quando alguém sofre uma agressão de qualquer tipo, quem é o responsável? A resposta parece óbvia: o agressor! Entretanto, quando se trata de violência contra a mulher nem sempre é assim que as coisas funcionam. Embora seja garantido a ela o direito de denúncia e proteção, na prática o que costuma acontecer é que a vítima é julgada como sendo responsável de alguma maneira pela violência.

Na adolescência, sabe-se que as situações de crise são corriqueiras, porém, algumas situações podem tornar-se extremas. Frente a uma demanda emergencial é necessário compreender que uma crise pode originar repercussões irreversíveis para a vida de um jovem. A instabilidade emocional e a vulnerabilidade vivenciada durante esta etapa da vida podem suscitar o desamparo, fazendo com que estes recorrem a uma emblemática forma de autodestruição: o suicídio (MACEDO *et al*,

2010). Definido como todo o ato em que o indivíduo causa lesão a si mesmo, com diferentes intenções e motivos, a ideação suicida surge a partir de pensamentos, passando por ameaças, gestos, tentativas e finalmente, o ato em si (BOTEGA; RAPELI; CAIS, 2006). Quando os sentimentos de angústia e de dor atingem um nível intolerável e o aparelho psíquico não dispõe de recursos disponíveis para reverter essa situação, o sujeito pode decidir acabar com a própria vida, tendo este ato como única via de expressão de seu sofrimento (MACEDO *et al*, 2010). Sendo assim, é preciso ter em mente que a adolescência é um momento de formação e que, com isso, medidas de prevenção e intervenções são vistas como oportunidades para evitar o comprometimento e agravamento dos momentos de crise (NASIO, 2011).

Em 2014, dois casos de suicídio de adolescentes se tornaram notórios no Brasil. Após terem suas imagens íntimas divulgadas nas redes sociais tiraram a própria vida. De acordo com a SaferNet (2013), 62% dos jovens estão conectados na internet todos os dias e 80% deles tem como principal objetivo o uso das redes sociais. Entre esses, 20% dos entrevistados confirmam já terem recebido conteúdo íntimo de outras pessoas e 6% confirmam já ter enviado esse tipo de imagem. Para 49% deles o maior medo nas redes sociais é ser vítima de *cyberbullying*, sendo que 12% afirmam que já foram vítimas e 35% que conhecem algum amigo que já foi. As duas adolescentes que se suicidaram compartilhavam desse temor sobre as consequências da sua exposição e a vergonha da família. O mundo virtual extrapolou seus limites, tendo influência no mundo real, conforme afirma Petrosillo (2015). As vítimas tinham em comum uma construção cuidadosa da sua autoimagem na internet. De acordo com Dip e Afiune (2014, p.1), “cada *like* em um *selfie* (...) é esperado com ansiedade principalmente por crianças e adolescentes que passam cada vez mais tempo postando e checando a própria popularidade nas redes sociais”.

Julia Rebeca, de Parnaíba, no litoral do Piauí, 17 anos, era cuidadosa com a sua aparência e gostava de pintar as unhas com esmaltes diferentes todos os dias. Um vídeo dela fazendo sexo com um rapaz e mais uma menina foi divulgado no *WhatsApp* e poucas horas depois ela cometeu suicídio. Quatro dias depois foi a vez de Giana Fabi, 16 anos, moradora de Veranópolis no interior do Rio Grande do Sul. Definida como vaidosa pelos amigos e familiares, gostava de se maquiar e se achava bonita, mas preocupava-se com o peso como a maioria das meninas da sua idade. Uma foto dela mostrando os seios foi divulgada e assim ela resolveu tirar a própria vida. Ambas se suicidaram poucas horas depois de tomar conhecimento sobre o

vazamento de suas imagens íntimas, cientes da velocidade que os escândalos virtuais poderiam adquirir. As duas deixaram mensagens de despedida nas redes sociais e se enforcaram, uma com o fio da própria chapinha e outra com um cordão de seda. A rotina na internet dessas duas meninas não era diferente da maioria, apesar de estarem uma em cada região do país, viviam a maior parte do tempo conectadas. Postavam *selfies*, “escreviam sobre o dia a dia na escola ou na academia e postavam músicas e fotos das cantoras preferidas – Miley Cyrus para Julia e Avril Lavigne para Giana” (DIP; AFIUNE, 2014, p.1) e acompanhavam ansiosamente as reações de seus amigos virtuais, construindo a sua autoimagem a partir dessas experiências. Amigos e familiares as descreviam como “adolescentes normais”, ou seja, vivendo dramas e alegrias próprios da sua idade.

No caso de Giana, o irmão afirma que foi *revenge porn*, pois ela não queria mais ficar com um menino da escola que fez um *print screen* (comando que tira uma foto da tela do computador ou celular) de um jogo que os adolescentes faziam no *Skype*, onde quem perdia deveria mostrar uma parte do corpo. O garoto para constranger Giana, divulgou a imagem. Quando a prima da vítima, Charline Fabi, recebeu a imagem, ligou para Giana que ficou surpresa, espantada, sem saber o que fazer. Charline tentou consolá-la, mas ela não conseguiu: “Ela dizia que iria fazer uma besteira porque não queria causar vergonha para a família” (DIP; AFIUNE, 2014, p.1). Giana postou uma mensagem de despedida no *Twitter*: “Hoje de tarde eu dou um jeito nisso. Não vou ser mais estorvo para ninguém”. Semelhante foi a situação de Julia, que de acordo com Daniel Aranha, primo, não chegou a falar com a família sobre o ocorrido. Nesse caso, há uma investigação policial em andamento, por esse motivo não se pode divulgar muitos detalhes. Ela também se despediu pelo *Twitter*, com três posts: “É daqui a pouco que tudo acaba”, “Eu te amo, desculpa eu não ser a filha perfeita, mas eu tentei. Desculpa, desculpa eu te amo muito...”.

Essas meninas foram vítimas de compartilhamento de imagens de nudez e sexo não autorizada, ambas vitimadas por pessoas com que se relacionavam. Não foram encontradas nessas pesquisas quaisquer dados sobre a punição dos rapazes que divulgaram as imagens que acabaram desencadeando o suicídio de Giana e Julia. A opinião pública parece não se preocupar com o fato. Mesmo na sessão de comentários dos portais de notícia pesquisados, os leitores culpam as adolescentes pelo seu destino, e não aos meninos que deixaram vazarem as imagens na internet. Homens (H) e Mulheres (M) colocam a culpa da tragédia nas próprias vítimas:

“Bem feito. Se não tirarem fotos peladas, isso não acontece. Se tiram, é para mostrar mesmo.” (H1)

“Isso aí. Quer dormir tranquilo à noite? Não tire foto pelada. Ou você é tao gostosa que não consegue evitar compartilhar o fato com o mundo? Nesse caso, arque com as consequências.” (M1)

“Ficam mostrando o que não devem, e na hora que caem na boca do povo, reclamam. Se não querem aparecer com as intimidades de fora, antes de mais nada, não se exponha!!!” (H2)

“Concordo com o Gerson [*nome alterado*]... Se a buceta é tua e tu faz o que quiser com ela, o que eu concordo plenamente, seja capaz também de arcar com as consequências [*sic*] desse livre arbítrio. A maior culpada do vazamento das fotos íntimas é ela mesma.” (M2)

“Se vc foi burro(a) o suficiente para tirar fotos íntimas com aparelhos eletrônicos que se conectam à internet, a culpa é toda sua.” (H3)

“Sou a favor de exterminálas [*sic*] antes de procriarem a burrice delas.” (M3)

Percebe-se que além do constrangimento de ter as suas fotos íntimas vazadas para a internet, as vítimas são julgadas por serem “vadias”, pois o seu comportamento sexual é que levou a sua tragédia. Julgam esses acontecimentos como consequência da liberdade sexual, e alguns vão mais longe dizendo que este “tipo de mulher”, deve ser exterminada, ou seja, morrer. Assim, pode-se ter uma pequena amostra do tipo de retaliação que essas adolescentes sofreriam se tivessem sobrevivido para enfrentar a superexposição dos seus corpos na internet, permeados por mecanismos socioculturais que reproduzem a cultura do estupro, o *slut shaming* e o *revenge porn* causando sofrimento psíquico nas adolescentes que foram vítimas. Entende-se que elas tinham consciência de que seriam julgadas e condenadas por esse júri popular, que opta pelo “linchamento virtual” (FAGUNDES, 2015) através de comentários anônimos em sites de notícias e nas redes sociais, mas também se expandem pelos espaços reais, na concretude nas relações e nas conversas informais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do estupro está intimamente ligada ao *slut shaming* e ao *revenge porn*. O aparato social culpa as adolescentes por se expor na rede e não aos meninos por divulgar tais imagens. O machismo não está apenas no garoto que resolve se vingar da menina por ela não querer mais “ficar” com ele. Está naquele que demonstra a sua potência sexual para os amigos divulgando as meninas com quem transa. Está também no fato de homens e mulheres acharem “normal” o fato de a vida de uma menina ser destruída e a reputação do menino não sofrer consequência alguma. Isso já acontecia antes da revolução comunicacional que a internet proporcionou, mas agora toma novas e maiores proporções. É preciso compreender para além da visão dos adultos de que o *sexting* é algo que envolve risco de

superexposição e de erotização precoce, ele é também um código de interação dessa geração. De acordo com dados da Safernet, 35% dos jovens entre 18 e 23 anos já namoraram pela internet, e para os adolescentes é comum encontrar amigos *online*, usar a *webcam* para se conhecer, entretanto a troca de conteúdo íntimo geralmente ocorre após se estabelecerem um maior contato de confiança. Esses rituais são parte da iniciação sexual da nova geração.

Sempre houve perseguição a sexualidade das mulheres, mas o meio virtual potencializou esse tipo de violência, já que os registros são praticamente “indeletáveis”. O impacto na vida escolar, social e familiar por ter a sua vida sexual não só exposta, mas amplamente rechaçada, pode ser um dos fatores que levaram a adolescente a cometer o suicídio. Recentemente no Brasil, a equipe do *Facebook* – ciente dos crescentes casos de suicídio envolvendo as redes sociais e os altos níveis de pessoas com depressão conectadas nas redes – lançou uma ferramenta que identifica conteúdo suicida, que tanto pode ser “denunciada” por algum amigo que viu a postagem, quanto pode ser acessada pelo próprio usuário que está com ideação suicida, oferecendo um link para conversar com um especialista, além de dicas de como superar o momento de profundo sofrimento.

Sabe-se que os jovens estão cada vez mais imersos em um contexto de relações impessoais e descartáveis. Sendo assim, em muitas situações, podem ver-se com dificuldade de conseguir um espaço de acolhimento, quer seja com amigos, quer seja com os próprios pais. Dessa maneira, cabe a nós, profissionais da saúde, criar um espaço de escuta, possibilitando que o adolescente possa encontrar meios de explicitar o traumático, o que foi vivenciado por ele como excesso (MACEDO *et al*, 2010). Além disso, devido a fragilidade dessas adolescentes nesses momentos de extrema vulnerabilidade, é preciso que tanto os pais quanto professores possam as acompanhar de perto, para que essas meninas saibam que é possível encontrar um espaço de acolhimento e apoio nas relações *off-line*, no mundo real.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTEGA, N. J.; RAPELI, C. B.; CAIS, C. F. S. (2006) Comportamento Suicida. In: BOTEGA, N. J. (Org.). *Prática Psiquiátrica no Hospital Geral: interconsultas e emergência*. São Paulo.

BOYD, D. (2011) Social Network Sites as networked publics: affordances, dynamics, and implications. In: PAPANCHARISSI, Z. (Ed.). *A Networked Self: identity, community and culture on social network sites*. London: Routledge.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2012) Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica*. 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde.

DIP, A.; AFIUNE, G. (2013) Como um Sonho Ruim: adolescentes falam do suicídio das meninas que tiveram imagens íntimas expostas na internet e revelam como é amadurecer em um mundo em que o virtual é real. *Revista Pública*. 19 de dezembro de 2013. Direitos Humanos. Disponível em <<http://apublica.org/2013/12/6191>>. Acesso em 01 jun. 2016.

FAGUNDES, R. D. (2015) Vergonha em Rede. *Revista Trip Uol*. 02 de julho de 2015. Comportamento e Tecnologia. Disponível em <<http://revistatrip.uol.com.br/trip/linchamentos-virtuais-shaming-e-o-poder-da-vergonha-na-internet>>. Acesso em 01 jun. 2016.

KEHL, M. R. (2007) A Juventude como Sintoma da Cultura. *Revista Debates Juventudes*. Ano V, n. 6, Belo Horizonte, Nov. 2007. pp. 42-53

MACEDO, M. M. K., FENSTERSEIFER, L., WERLANG, B. S. G. (2010) Ressignificações no processo adolescente. In M. M. K. Macedo (org.). *Adolescência e Psicanálise: Intersecções Possíveis*, p. 55-71. Porto Alegre: EDIPUCRS.

NASIO, J. D. (2011) *Como Agir com um Adolescente Difícil?: um livro para pais e profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar.

PETROSILLO, I. R. (2015) Gramáticas do nu feminino: estigmas construídos entre um pátio e uma rede social. *V REA XIV ABANNE*, de 19 e 22 de julho de 2015, Maceió/AL.

RIBEIRO, J. C.; NEJM, R.; MIRANDA, T. (2012) Auto-Revelação em Ambientes Digitais: reflexões sobre a privacidade de adolescentes em sites de redes sociais. *Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade: práticas interacionais de rede*. Salvador, 10 e 11 de outubro de 2012.

SAFERNET Brasil. (2013) Infográfico. Dados da Pesquisa Nacional sobre Uso da Internet por Jovens Brasileiros. Realizada pela SaferNet com apoio da GVT, com 2834 internautas entre 9 e 23 anos, em 296 cidades, de 27 estados brasileiros entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013. Disponível em <<http://new.netica.org.br/educadores/info-habitos-navegacao-2012.png>>. Acesso em 20 mai. 2016.

TIBURI, M. (s.d) Estupro em Potencial: para pensar a cultura do estupro. *Revista Cult*. [s.d]. Blog Márcia Tiburi. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/06/estupro-em-potencial-para-pensar-a-cultura-do-estupro>>. Acesso em 10 jun. 2016.



## Uma psicologia feminista brasileira?

Marília Saldanha (UFRGS) <sup>1</sup>

Henrique Nardi (UFRGS) <sup>2</sup>

### RESUMO

Aqui temos um ensaio teórico que busca pensar que psicologias se mesclaram com vertentes do feminismo numa perspectiva histórica e refletir sobre o que algumas autoras têm denominado psicologia feminista. Para tal, uma busca de artigos que se refiram a esta vertente foi realizada em dois periódicos feministas nacionais, Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu; em revistas de psicologia: Arquivos Brasileiros de Psicologia (FGV e UFRJ); Psicologia & Sociedade (da Abrapso); Psicologia USP; Psico; Psicologia: ciência e profissão; coletâneas da ANPEPP. Consultamos o periódico Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas; o Portal de Periódicos da Capes; os bancos de dados *Scopus*, *Web of Science* e o portal Scielo livros; o google acadêmico e o google. Foram consideradas toda e qualquer produção acadêmica brasileira encontrada contendo os descritores *psicologia feminista* e *psicologia e feminismo*. Inspiro-me com as posições da historiadora Margareth Rago et al(1998) que repensam a historiografia e afirmam que a entrada de novos temas na história social se deu em parte pela pressão crescente das mulheres, feministas assumidas ou não que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa a partir dos anos de 1970. De modo similar a psicologia social se abriu para os estudos de gênero. A psicologia feminista brasileira pelo que apontou o estudo exploratório aqui realizado e os estudos de outros autores e autoras (Nurnberg et al, 2011) vem ocupando um lugar marginalizado.

**Palavras-chaves:** psicologia feminista; gênero; psicoterapia feminista

---

<sup>1</sup> Psicóloga; Psicoterapeuta corporal. Mestra em Psicologia pela PUC-Rio. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional UFRGS e-mail: mariliasaldanha50@gmail.com

<sup>2</sup> Co-autor e orientador Prof Dr. Henrique Nardi UFRGS.

O motor principal de meu interesse e aproximação com a vertente *psicologia feminista* se deu inicialmente com as autoras Conceição Nogueira e Martha Narvaz que a indicavam em seus artigos como sendo uma possibilidade de psicologia (psicoterapia) apropriada para lidar com os complicadores suscitados pelas violências contra as mulheres. Sofia Neves e Conceição Nogueira (2003) afirmam que a politização dos espaços terapêuticos promovida pela intervenção psicológica feminista possibilita que as vítimas<sup>41</sup> vejam validadas as suas experiências pessoais. Elas apontam o surgimento da psicologia feminista como coincidindo com a segunda onda do movimento feminista e a perspectiva que norteia a vertente é a busca de igualdade entre os sexos o que segundo as autoras se constitui no princípio feminista mais valioso quando utilizado pela própria psicologia. Martha Narvaz e Silvia Koller (2006) afirmam que a terapia feminista orienta as mulheres na busca dos recursos comunitários e legais acerca de seus direitos além de ajudá-las a esboçar estratégias de resistência diante das discriminações e violências sofridas. Estas autoras definem a psicologia feminista (e as terapias feministas de família) como um espaço estratégico entre o feminismo e a psicologia que critica as concepções tradicionais da psicologia positivista tradicional. Elas afirmam também que as primeiras terapeutas feministas vinham das tradições humanista e psicanalítica.

Estes apoios teóricos me nortearam durante o período em que trabalhei num centro de referência para mulheres em situação de violência. Meus questionamentos sobre a pluralidade da psicologia e do feminismo constitutivo da vertente sugerida pelas autoras surgiram um tempo depois desta experiência. Ter encontrado uma psicologia nominada de feminista teve a princípio um efeito bem positivo por integrar dois campos de meu interesse acadêmico e assim se tornar um objeto de estudo para meu projeto de doutorado. O que mudou neste percurso foi que passei a problematizar a existência desta psicologia híbrida. De que psicologia (e psicoterapia) estão falando as autoras que a reivindicam e com qual vertente do feminismo estas práticas se mesclam? Esta modalidade existe no Brasil?

A pergunta-título embute em si alguns problemas tais como a questão da

---

<sup>1</sup> Mantive o termo utilizado pela autora, mas evito usar esta expressão identitária. A ideia essencializante embutida remete à impossibilidade de deslocamento. Prefiro dizer mulheres em situação de violência para assim reiterar o sentido de processo situacional em que se encontram e apostar na transitoriedade de um ciclo que se pretende erradicar.

especialização do conhecimento (interdisciplinaridade) e/ou de seus campos de luta; os aspectos teórico/metodológicos da psicologia, ciência e política; objetividade do conhecimento e neutralidade científica e a contribuição das teorias críticas feministas e dos estudos de gênero à psicologia. Lanço uma pergunta e não uma afirmação. Ela vem a reboque de uma outra: existe *uma* psicologia feminista? Algumas autoras e autor (NURNBERG, Adriano 2008; NARVAZ, Martha, 2009; BORGES, Lenise, 2014) apontam para a marginalização da psicologia feminista no Brasil chegando a afirmar a sua não-existência no campo psi. Grande parte das referências encontradas a respeito da psicologia feminista em nosso país reitera este estatuto para esta vertente. Mas há quem afirme como Mary Jane Spink & Peter Spink (2014) que no Brasil há pessoas ativas na psicologia feminista, embora não sejam nomeadas, nem localizadas por esta autora e autor respectivamente. Há uma pesquisa intitulada: *Mapeamento de práticas de pesquisa-intervenção feminista no âmbito da psicologia social no Brasil: um estudo a partir das práticas discursivas* coordenada pela pesquisadora Lenise Borges da Universidade de Goiás interessada em investigar como tem se formado uma *psicologia feminista brasileira* e se é possível chamá-la assim. Há também inúmeras pesquisadoras que se nomeiam psicólogas e feministas, mas não encontrei até agora quem se autointitulasse psicóloga feminista (pelo menos não, pública e oficialmente). No artigo *Antropologia Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção* a autora Alinne Bonetti (2006, p.53) cita a frase “a antropologia não pode ser feminista, a antropóloga sim!” como uma recorrente provocação de suas interlocutoras antropólogas e feministas em seu caminho de compreensão de uma produção de antropologia feminista no Brasil. O que venho observando em minha trajetória com a psicologia é que neste campo não parece haver uma disposição por parte de minhas interlocutoras e interlocutores para adjetivar nem a disciplina muito menos, a profissional. As pesquisadoras que tenho tido contato que falam de suas experiências fazem a separação entre a prática psicológica e a sua qualificação como feminista.

Fora do Brasil, a pesquisadora portuguesa Conceição Nogueira (2013) afirma a existência da psicologia feminista dizendo que esta se constitui num projeto de igualdade que se preocupa com um projeto que está atento às diversidades, às diferentes possibilidades e isto o identifica com o feminismo e com o projeto que está associado às mudanças sociais e a interseccionalidade. Nos Estados Unidos esta

vertente foi fundada na década de 1970 consolidando a relação entre feminismo e Psicologia que é relativamente antiga nos Estados Unidos tendo tido uma história de mútua influência já a partir do início do século XX. A Psicologia estava se profissionalizando neste país em paralelo ao momento de visibilização da primeira onda do feminismo. Neste período os tradicionais papéis e estereótipos de gênero respaldados por psicólogos do sexo masculino, eram utilizados para justificar a exclusão de mulheres do ensino superior. Muitas destas primeiras psicólogas protestaram e se engajaram no movimento sufragista e/ou em grupos para enfrentar estas e outras situações de exclusão feminina. Mas é durante o período da segunda onda do feminismo que a Psicologia feminista tem sua fundação reconhecida, num período delimitado entre 1960 e 1970, quando a relação sinérgica entre feminismo e Psicologia estava clara e forte (CHRISLER, Joan, DE LAS FUENTES, Cynthia, DURVASULA, Ramani, ESNIL, Edna, MCHUGH, Maureen, MILES-COHEN, Shari, WILLIAMS, Julie, WISDOM, Jennifer, 2014).

Angelo Brandelli Costa afirma em sua tese (2015) que em 1970 um grupo de psicólogas norte-americanas lideradas por Phyllis Chesler e Nancy Henley organizaram uma manifestação na reunião anual da Associação Norte-americana de Psicologia (APA). Elas exigiam reparação financeira no valor de um milhão de dólares pelos danos que as teorias psicológicas androcêntricas e misóginas causaram às mulheres. A Comissão de mulheres na Psicologia (CWP) da Associação Americana de Psicologia (APA) é conhecida como um grupo ativista que contribuiu por quatro décadas para a transformação feminista da Psicologia. Naquela época além desse evento protagonizado por Nancy Henley, Betty Friedan e Kate Millet dentre outras, desafiaram com seus livros<sup>2</sup>, inúmeras teorias e práticas psicológicas que justificavam a dominação masculina e que se tornaram pivôs do movimento feminista. Grupos de conscientização (CR)<sup>3</sup> auxiliaram psicólogas e estudantes de Psicologia a reconhecer e a refutar práticas sexistas na sociedade e na Psicologia. As psicólogas feministas conduziram estes grupos nas comunidades e nos campus de Universidades em todos os estados dos Estados Unidos, sendo esse movimento considerado como o marco para a emergência da psicologia feminista. As psicólogas feministas filiadas ao movimento feminista passaram a adotar uma abordagem mais militante para reformar os vieses androcêntricos nas teorias psicológicas, na

---

<sup>2</sup> A mística feminina e Política Sexual respectivamente

<sup>3</sup> Consciousness-raising (CR) grupos de conscientização

pesquisa e na terapia assim como nas práticas sexistas das associações de Psicologia (CHRISLER, Joan et al, 2014). Embora como afirmem Costa, Silvia Koller e Nardi a reparação financeira não tenha acontecido, como efeito simbólico a APA organizou uma força tarefa que levou a criação em 1973 da divisão 35 (Sociedade pela Psicologia da Mulher), reconhecendo e institucionalizando o que agora é referido como psicologia feminista.

Inspiro-me com as posições da historiadora Margareth Rago et al(1998) que repensam a historiografia e afirmam que a entrada de novos temas na história social se deu em parte pela pressão crescente das mulheres, feministas assumidas ou não que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa a partir dos anos de 1970. Ela traz em outro artigo *Feminizar é preciso*(2001) a ideia de se construir um mundo mais filógeno, ou seja, um mundo menos hostil às mulheres. De modo similar a psicologia social se abriu para os estudos de gênero por meio da psicologia social crítica. A década de 1970 é destacada para situar no Brasil a entrada do feminismo no meio acadêmico por meio da criação da categoria gênero; a crise epistemológica da psicologia social; a vinda de Betty Friedan psicóloga feminista e ativista norteamericana ao nosso país; 1974 como o ano oficial do surgimento da psicologia feminista nos USA. Inspiro-me também com dois artigos recentes que adjetivam suas disciplinas: *Estudos de gênero: uma sociologia feminista?* da Lucila Scavone (2008) e *Antropologia feminista: o que é esta antropologia adjetivada?* de Alinne de Lima Bonetti (2006). Eles trazem interrogações que as ciências sociais ainda se fazem sobre suas vertentes com sobrenome feminista. Mesmo sendo pioneiras na abertura para os estudos de gênero estas disciplinas ainda se deparam com preconceitos por parte da academia em relação a estes estudos. Estes aspectos têm me levado a refletir sobre a necessidade da psicologia brasileira se rever e se reformular também no tange sua interdisciplinaridade com o campo do feminismo.

Fui tomando posse do que a cultura me apresentava e simultaneamente foi se confirmando a necessidade de desmembrar os campos psi e do feminismo nas produções acadêmicas brasileiras e assim me situar sobre a existência legítima ou marginalizada da psicologia feminista. Enveredei por uma via labiríntica entre debates teóricos de feministas contemporâneas, história da psicologia social brasileira, vertentes das psicologias, estudos de gênero, ondas feministas e como se deram (e vem se dando) estas aproximações e seus níveis de resistência e tensão. Há

aproximações entre psicologia e feminismo, mas não são tão explícitas nem legitimadas institucionalmente. Vários artigos que tratam das relações de gênero na psicologia são encontrados com facilidade, o que poderia revelar um certo conservadorismo da psicologia ao evitar envolver-se explicitamente com os movimentos feminista (e com a política, conseqüentemente). A categoria gênero entra na academia de modo menos ameaçador neste sentido, despido da conotação política e “escandalosa” do feminismo. Neste percurso me deparei com um dossiê sobre o Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências Núcleos e Grupos de Pesquisa<sup>4</sup> (2006). Uma pesquisa da fundação Perseu Abramo (2001) apresentada por Marlise Matos(2006) da RedeFem<sup>5</sup> em seu artigo sobre a institucionalização do feminismo na academia no Brasil a autora nos fornece mais peças para encaixarmos em nosso mosaico. Os dados da pesquisa informam que dentre as mulheres brasileiras escolarizadas em nível superior apenas 24,7% se auto declararam feministas; 37,5 % das mulheres brasileiras não sabem ou se confundem sobre o que significa feminismo. Nesta pesquisa o dado bem pertinente é que 72,8% das mulheres com nível superior e mais (as cientistas brasileiras) não aderiram ao feminismo afirmando não serem feministas. Marlise Matos compartilha sua indagação conosco:

[...] se elas não são feministas, como esperar que a ciência produzida (ou parte substantiva dela) tenha em seu escopo uma dimensão crítica de gênero e feminista? Como compreendermos que naquele âmbito em que mais se cria, fomenta, produz, reproduz, difunde informação e conhecimento, o feminismo seja ainda um valor tão iníquo? Que tipo de ciência estamos pois, (re)produzindo, se há uma fraca adesão das mulheres cientistas brasileiras ao feminismo?

p.96

Parto destas leituras e da seguinte premissa: como poderíamos encontrar no Brasil uma vertente com tal hibridismo como a psicologia feminista se a Psicologia ainda é uma ciência preponderantemente regida pelo androcentrismo e há uma porcentagem elevada de mulheres com instrução superior que não aderem ao feminismo? O que tenho podido perceber no contato com diversas interlocutoras na área da psicologia é que não necessariamente se precisa aderir de modo identitário para que a produção acadêmica demonstre seu viés feminista. Como a vertente em questão não se legitimou no campo psi, se autointitular psicóloga feminista traz

---

<sup>4</sup> Elaborado pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres

<sup>5</sup> Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas

riscos diversos, desde o preconceito dos pares na comunidade acadêmica até a marginalização da própria profissional, o que justifica em parte, os cuidados com tal uso. Seria precipitado fazer conclusões neste momento. O que afirmo são apenas reflexões que venho fazendo neste percurso em que pretendo angariar mais elementos e construir mais densamente os argumentos já que este trabalho é um recorte de minha tese de doutorado em andamento.

### **Relevância do estudo**

Para a diretora da ONU mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka,<sup>6</sup> a violência contra as mulheres é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo. No Brasil, um país negro, foram assassinadas 66,7% mais mulheres negras do que brancas de acordo com as conclusões do Mapa da Violência 2015, divulgado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), e que, nesta edição, foca na violência de gênero no País. Num país<sup>7</sup> que hostiliza suas mulheres como o Brasil, a Psicologia não poderia contribuir para o reforço nem para a manutenção de estigmas e estereótipos de gênero vigentes na nossa sociedade. Promover a difusão dos estudos de gênero na psicologia como sugere Nuernberg (2008) favorece a convocação de uma abertura maior à interdisciplinaridade desta ciência. Esta característica por sua vez se faz necessária já que o saber psicológico não dá conta sozinho da dimensão e complexidade do fenômeno das violências contra as mulheres que tem como base as relações de gênero construídas dentro de um sistema capitalista e conservador.

### **METODOLOGIA**

Uma busca de artigos relacionadas a esta vertente foi realizada em dois periódicos feministas nacionais: Revista Estudos Feministas e Cadernos Pagu; em revistas antigas e consolidadas no campo da psicologia: Arquivos Brasileiros de Psicologia (FGV e UFRJ); Psicologia & Sociedade (da Abrapso); Psicologia USP; Psico; Psicologia: ciência e profissão; Psicologia e política; coletâneas da ANPEPP. Consultamos o periódico Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas que marca um lugar importante dentro do feminismo acadêmico; o Portal de Periódicos da Capes; os bancos de dados *Scopus*, *Web of Science* e o portal Scielo livros; o

---

<sup>6</sup> [http://www.brasilpost.com.br/2015/11/26/violencia-mulher-onu\\_n\\_8655204.html](http://www.brasilpost.com.br/2015/11/26/violencia-mulher-onu_n_8655204.html)

<sup>7</sup> Mapa da violência <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/http://www.geledes.org.br/10-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/#gs.vmEeGzw>

google acadêmico e o google. As trinta produções encontradas contendo os descritores *psicologia feminista* e *psicologia e feminismo* foram separadas do seguinte modo: 27 artigos, uma dissertação, uma tese de doutorado e uma divulgação de uma conferência na página do Instituto de Psicologia da UFRJ. Os artigos, a dissertação e a tese foram lidos e analisados criticamente mantendo o foco para localizar e refletir sobre as definições para a psicologia feminista e os conhecimentos produzidos no encontro dos saberes, psicologia e feminismo. Baseamo-nos aqui na proposta de Foucault (2007) que toma os discursos na sua exterioridade e busca suas condições de possibilidade. Esta análise arqueológica não está interessada em verdades ou em psicologias mais “verdadeiras” que outras e sim em se referir aos discursos constitutivos destas práticas enquanto produções históricas.

## RESULTADOS

A análise feita até aqui apontou que as psicologias mencionadas nas produções acadêmicas são a psicologia clínica mais precisamente a terapia feminista de família; um artigo citou a psicoterapia analítica funcional feminista; a psicologia social crítica foi mencionada como sendo uma vertente que acolheu os estudos de gênero. Destaco dentre as poucas definições sobre a psicologia feminista a das autoras Juliana Perucchi, Maria Juracy Filgueiras e Karla Galvão (2013) que afirmam ser esta uma ciência psicológica que se posiciona numa linha de ação ativamente antisexistista e defensora da igualdade na valoração das experiências de mulheres e homens aos olhos do conhecimento científico. Reconhecem que no Brasil é uma vertente pouco conhecida assim como na América Latina. No entanto, os Estados Unidos, o Canadá e alguns países da Europa (Portugal, Espanha e Inglaterra) são citados como localidades onde a psicologia feminista é bem ativa. Acrescentam também que a vertente não só compreende a condição feminina como também os sistemas de classificação que geram opressão tais como raça, orientação sexual e classe. A tese de doutorado de Adriano Nuernberg (2005) nos brindou com oito referências ao descritor *psicologia feminista*. O objetivo desta vertente, segundo ele é contribuir para as mudanças nas realidades das mulheres por meio da produção de saberes que transformem as percepções sobre as mulheres e permitam a superação de sua condição de subordinada. Temas relevantes desta perspectiva são os processos de gênero relacionados à saúde das mulheres, a questão das violências e o trabalho.



Os artigos analisados no estudo exploratório apontaram o conservadorismo acadêmico que se atualiza na relativa aceitação de núcleos de estudos de gênero na pós-graduação o que leva a crer que o gênero é tomado como uma temática de especialistas. Um outro ponto é a dicotomia ainda presente no senso comum de que só se produz teoria na academia e apenas o ativismo político produz ação social. Algumas autoras concluíram afirmando que a marginalização dos estudos de gênero e feministas indicam a sua não integração à ciência e o lugar que ocupam é de um discurso *do outro* evidenciado na presença tímida nos currículos universitários e na invisibilidade do gênero nos diversos campos do saber. No livro *Quem é a psicóloga brasileira?* produzido pelo Conselho Federal de Psicologia, Louise Lhullier e Jéssica Roslindo (2013) afirmam que dos 89% de mulheres que compõem a profissão no Brasil apenas 1% lida na sua área de atuação com as questões de gênero.

## COMENTÁRIOS FINAIS

Este estudo realizado até o momento me permitiu reconhecer que há pessoas interessadas numa perspectiva feminista; há pessoas produzindo pesquisa sobre psicologia feminista no Brasil; há jovens interessadas na temática que aproxima os dois campos; há núcleos feministas proliferando nas universidades; há discussões sobre adjetivar certas disciplinas de feministas. Penso que a premissa de onde parti indica as fortes resistências ao feminismo presentes no mundo acadêmico. A resistência da psicologia ao feminismo é ela própria uma extensão da resistência geral ao feminismo na sociedade de que a psicologia é parte constitutiva como bem afirma Alexandra Rutherford (2012). Na condição de profissional psi não posso ignorar a implicação da psicologia na criação da sociedade que o feminismo busca transformar. Abordar a relação entre psicologia e feminismo é adentrar numa seara tensa, num feixe de relações históricas atravessadas por inúmeros elementos de várias ordens. A interação mútua entre psicologia e feminismo tem uma positividade que a constitui também e que uma parcela do campo da psicologia social, a vertente crítica, que absorveu os estudos de gênero no Brasil nos aponta. Enquanto o campo das psicoterapias parece se manter mais impermeável cabe lembrar a pesquisa do CFP de 2012 que demonstra que apenas 1% de psicólogas tem atuado com gênero em suas práticas e 1% com a temática violência familiar e doméstica na época da pesquisa. Diante deste cenário passo a me voltar para este campo das psicoterapias com vias a problematizar as questões que me levam a refletir junto com outras

autoras sobre a adjetivação feminista para a psicoterapia e também produzir um desmonte deste objeto *psicoterapia feminista* para compreendê-lo e talvez inventá-lo.

## REFERÊNCIAS

BONETTI, A. de L. (2006) Antropologia Feminista: O que é esta antropologia adjetivada? *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*. 2006 Disponível em <[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Alinne de L. Bonetti 52.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Alinne%20de%20L.%20Bonetti%2052.pdf)> Acesso em 01 jun. 2016.

\_\_\_\_\_ (2012) Antropologia Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção. *Cuadernos de Antropología Social*, núm. 36, diciembre, 2012, pp. 51-67. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, Argentina.

BORGES, L.S. (2014). Feminismos, teoria *queer* e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.

CHRISLER, J. C.; DE LAS FUENTES, C.; DURVASULA R. S.; ESNIL, E. M.; McHUGH, M. C.; MILES-COHEN, S. E.; WILLIAMS, J. L. WISDOM, J. P. (2013) The American Psychological Association's Committee on Women in Psychology: 40 years of contributions to the transformation of Psychology. *Psychology of Women Quarterly*. SAGE 00(0) 111.

COSTA, A.B.; KOLLER, S. e NARDI, H.C. (2015) Avaliação do gênero na psicologia brasileira: manutenção de desigualdades e aprisionamento de corpos e mentes. Em: COSTA, A.B. *Vulnerabilidade para o hiv em mulheres trans: o papel da psicologia e o acesso à saúde*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia Programa de Pós Graduação em Psicologia, Tese de doutorado.

FOUCAULT, M. (2007) *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

LHULLIER, L; ROSLINDO, J. (2013) As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. Em: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. LHULLIER, Louise (org). *Quem é a psicóloga brasileira?* Mulher, psicologia e trabalho. Brasília.

MATOS, M. (2006) A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da Redefem. Em: *Presidência da República Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências Núcleos e Grupos de pesquisas*. Brasília.

NARVAZ, M. (2009) *A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem política*. Tese de doutorado. Programa de pósgraduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NARVAZ, M. G. e KOLLER, S. H. (2006a) Mulheres vítimas de violência doméstica:

compreendendo subjetividades assujeitadas. *Revista Psico*. v. 37, n. 1, p. 7-13.

\_\_\_\_\_. (2006b) Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, setembro e dezembro.

NEVES, S e NOGUEIRA, C. (2003) A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e sociedade* 15 v.2, p. 43-64.

NOGUEIRA, C (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero na psicologia. *Ciclo de conferências do centro de investigação do ISPA*. Disponível em: <<http://www.ispa.pt/eventos/teoria-feminista-da-interseccionalidade-nos-estudos-de-genero-na-psicologia>> Acesso em 11 fev 2016.

NUERNBERG, A.; TONELI, M.J.F.; MEDRADO, B. e LYRA, J. (2011). Feminism, Psychology, and Gender Studies: The Brazilian Case. Em: A. R. et al. (eds.), *Handbook of International Feminisms*, International 109 and Cultural Psychology, DOI 10.1007/978-1-4419-9869-9\_6, C Springer Science+Business Media, LLC

NUERNBERG, A.; LAGO, M.C.S.; TONELI, M.J.F.; BEIRAS, A.; VAVASSORI, M.B.; MÜLLER, R.C.F. (2008) Reflexões sobre gênero e psicologia no Brasil. In: *Gênero e Pesquisa em Psicologia Social*.

\_\_\_\_\_, A.H. (2005) Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC.

PERUCCHI, J.; FILGUEIRAS M.J. e GALVÃO, K. (2013) Gênero e feminismos: considerações teórico epistemológicas e impactos metodológicos. *Psicologia & Sociedade* v 25 pp13-22.

RAGO, M. (1998) Epistemologia feminista gênero e história. Em: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

RUTHERFORD, A. (2012) O feminismo precisa da psicologia? Reconstruindo a história de uma relação. Em: PORTUGAL, F.T. e JACÓ-VILELA, A.M. (orgs). *Clio-psyché: gênero, psicologia, história*. Rio de Janeiro: NAU.

SCAVONE, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 173-186.

SPINK, M.J.P. e SPINK, P.K. (2014). A psicologia na atualidade. Em: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. (orgs). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Nau Editora: Rio de Janeiro 3<sup>a</sup> edição. pp 679-699.

## **Identidades perseguidas: o critério de concessão de refúgio via pertença a grupo social.**

Daniel Braga Nascimento (UFRGS)<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O conceito de refugiado é expresso no Art. 1º Inciso I, da Lei 9.474/97 (Estatuto do Estrangeiro), definindo refugiado como todo indivíduo que apresenta fundado temor de perseguição em decorrência de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. A convenção de 1951 não apresenta uma categoria específica para perseguidos em função da orientação sexual ou identidade de gênero. Em diversos países a homossexualidade é punida com prisão, pena de morte (Arábia Saudita, Irã, Iêmen, Mauritânia e Sudão -além de regiões da Nigéria e da Somália), entre outras penas que impedem a cidadania plena, segregam, discriminam e negam direitos a esse grupo. Diante da perseguição que esses indivíduos sofrem em seus países de origem, pergunta-se: estariam gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais incluídas na categoria de grupo social, pois essa é mais flexível? Estados Unidos, Canadá e diversos países europeus, vêm aceitando pedidos de refúgio por indivíduos que apresentam fundado temor de perseguição em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Na mesma senda, através desse critério, o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) concedeu refúgio para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e interssexuais que sofrem perseguição em seus países de origem em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. O presente artigo explora o conceito de refugiado e sua expansão no decorrer dos últimos anos, especialmente no critério de concessão baseado em grupo social. Busca-se, então, analisar a categoria do grupo social dentro do conceito de refugiado. Ainda, especificamente, a possibilidade de enquadramento das populações supramencionadas na categoria de grupo social para que possam gozar do estatuto de refugiado.

**Palavras-chave:** Refugiados. Asilo. Direito dos Refugiados. LGBT.

---

<sup>1</sup>UFRGS, Mestrando em Direito Internacional Público – UFRGS, membro do GAIRE/SAJU (Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados), da faculdade de Direito da UFRGS, [danbragan@yahoo.com.br](mailto:danbragan@yahoo.com.br)

Buscar uma vida melhor sempre esteve presente no íntimo de todo ser humano. Mais. Ser pleno e poder ter uma identidade são partes dessa busca. BAUMAN, em sua obra *Identidade* refere que

O que todos nós parecemos temer, (...), seja à luz do dia ou assombrados por alucinações noturnas, é o abandono, a exclusão, ser rejeitado, ser banido, ser repudiado, descartado, despido daquilo que se é, não ter permissão de ser o que se desejar ser. Temos medo de nos deixarem sozinhos, indefesos e infelizes. (2005, p. 99)

Globalmente, pessoas LGBTIs são sujeitos à violência, punições, prisões e morte. Esses atos de perseguição frequentemente são perpetuados por oficiais do Estado ou com o conhecimento do Estado, bem como por particulares. Como resultado dessa perseguição, muitos LGBTIs são forçados a deixar seus países e cruzar fronteiras em busca de proteção.

O instituto do refúgio é uma opção disponível para LGBTIs. No entanto, o Direito Internacional dos Refugiados requer umnexo entre o solicitante de refúgio e o risco de ser perseguido em seu Estado natal. Nem a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, tampouco o Protocolo de 1967 referente ao Estatuto dos Refugiados incluiu explicitamente orientação sexual ou identidade de gênero nos critérios de concessão de refúgio.

Todavia, em um número significativo de Estados, a jurisprudência tem avançado ao reconhecer pessoas LGBTIs como membros de um grupo social particular. Esse critério estabeleceu o nexonecessário e permitiu que LGBTIs pudessem reivindicar com sucesso o pedido de refúgio. Essas mudanças na interpretação da lei de refúgio são uma recente parte de um maior reconhecimento dos direitos LGBTIs no direito internacional e jurisprudência constitucional de diversos Estados. Enquanto o nexo entre orientação sexual e legislação de refúgio está firmado em alguns Estados, surgem dúvidas acerca de qual critério deveria ser aplicado ao deferir um pedido de refúgio baseado em fundado temor de perseguição por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero. Mais ainda, especificamente, como definir um grupo social.

As notícias de intolerância em relação à população LGBT surgem de praticamente todos os países do mundo. Desde aqueles com uma legislação mais opressora (como é o caso dos países com pena de morte, punições corporais e prisão para relações entre pessoas do mesmo sexo) aos países com legislação positiva em relação aos direitos desse grupo social.

Segundo a Organização das Nações Unidas, há no mundo 191 países. Desses 191 países, 88 países possuem em seu corpo legislativo leis contrárias a homossexualidade. Em 72 países, um homossexual pode ser preso pela sua orientação sexual. Por fim, em 7 países a homossexualidade é condenada com pena de morte. Como é viver em um país que condena com a pena de morte o fato do indivíduo ser homossexual? O refúgio surge como um remédio jurídico para aqueles que são discriminados, segregados e veem seus direitos negados por parte do Estado. Sem escolha, indivíduos são obrigados a deixar seus países e buscar proteção em outros Estados. O CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) concedeu refúgio para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais que sofrem perseguição em seus países de origem em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Convém trazer à baila o conceito original de refugiado da Convenção de 1951:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

O CONARE decidiu que refugiados LGBT também se enquadrariam no conceito de refugiado, pois deixaram seus países em decorrência de perseguição, criminalização ou exclusão social que sofreram ou possam vir a sofrer em seus países. O Brasil abriga, atualmente, 7.600 refugiados residentes no país, dos quais existe um pequeno número (18), os quais foram reconhecidos por terem sido perseguidos ou por fundado temor de perseguição em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero, segundo dados do ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Refugiados). Outras 23 solicitações com base neste critério estão pendentes de análise.

Segundo interpretação feita no Brasil pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais são pessoas que pertencem a um determinado grupo social. Assim, merecem ser reconhecidos como refugiados quando deixam seus países em virtude da perseguição, criminalização ou isolamento social que sofrem ou podem sofrer em virtude desta condição.

No entanto, interpretações divergentes do conceito de grupo social vêm se desenvolvendo pelas cortes de imigração mundo a fora. Nos Estados Unidos, por exemplo, a determinação de membro de grupo social tem trazido questões no que se refere na relevância em utilizar a abordagem de “visibilidade social” como forma de definir um grupo social. Dentre as cinco formas de determinar a concessão de refúgio, a participação em determinado grupo social sempre causou maior debate. A visão dominante internacional do conceito de participação em grupo social é da existência de uma característica “imutável”<sup>8</sup> (MAROUF, 2008, p. 48), em que o indivíduo não pode mudar ou não deveria ser requerido a mudar porque é fundamental para sua identidade de consciência.

Nessa abordagem, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido seguem o princípio de “característica protegida”<sup>9</sup> (MAROUF, 2008, p 48). De outra banda, a Austrália, tem enfatizado as “percepções sociais”, e ainda levando em consideração a característica imutável ou protegida.

Em 2002, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados disponibilizou guias que apresentam a abordagem por “característica imutável” e “percepção social” como caminhos alternativos de se estabelecer a participação em determinado grupo social. Instruiu-se Estados a determinar, primeiramente, se há uma característica protegida e se, caso não exista essa, determinar se o grupo é reconhecido pela sociedade.

Apesar dessas diretrizes, decisões nos Estados Unidos têm enfatizado ser necessário a visibilidade individual do solicitante de refúgio, e não a visibilidade coletiva do grupo social. Para se determinar o status de refugiado, o solicitante, além de preencher os critérios de participação em determinado grupo social, deve apresentar visibilidade de sua orientação sexual. Utiliza-se um critério subjetivo, ao invés do critério objetivo (grupo social).

---

<sup>8</sup> immutable

<sup>9</sup> Protected characteristic

Tal critério subjetivo de visibilidade vai de encontro à Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados bem como ao Protocolo Adicional de 1967, pois desconsideram o caráter objetivo de grupo social, focando nas características individuais de cada solicitante. Tal abordagem diverge das decisões das cortes de imigrações internacionais e representa diversos impactos nas decisões de concessão de refúgio por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

No momento em que uma corte adota o critério de “visibilidade social”, essa teoria rejeita a possibilidade de um LGBT discreto, por assim dizer, “invisível” receber o status de refugiado, pois os mesmos não possuem características “visíveis” de que são homossexuais. Ainda, essa teoria desconsidera o fato de alguns países não considerarem homossexuais um grupo social ou a homossexualidade como identidade social.

Na doutrina nacional, Liliana Jubilut refere que

a definição de grupo social não é precisa, e a sua inclusão no elenco de motivos de concessão de refúgios visou exatamente a essa imprecisão: percebeu-se que nenhuma definição taxativa, de quem é, ou não, refugiado abarcaria todos os indivíduos, em todas as épocas, que necessitassem dessa proteção, mas, ao mesmo tempo, verificou-se a indispensabilidade de uma posituação internacional que objetivasse a aplicação homogênea do instituto, sendo, portanto, necessário o estabelecimento de critérios (JUBILUT, 2007, P.132)

Sendo assim, criou-se a filiação a certo grupo social como motivo residual, maleável e, conseqüentemente, garantidor da justiça efetiva aos refugiados. Conforme Jubilut (2007) existem três critérios para definir um grupo social: (1) o critério de coesão do grupo, no fato dele se identificar como grupo social; (2) o critério contextual, por meio do qual analisa-se como a sociedade vê esse grupo social – se essa o considera um grupo social ou não; (3) o critério do agente de perseguição – mais adequado para o reconhecimento do *status* de refugiado, a partir do qual se deve analisar a postura do agente de perseguição em relação ao grupo, uma vez que, caso ele aja ao perseguir como se estivesse em face de um membro de um grupo de indivíduos, há um grupo social.

A primeira vez que um país reconheceu orientação sexual como sendo fator de perseguição e enquadrou LGBs como grupo social foi em 1981, na Holanda, através do caso *Afdeling rechtspraak van de Raad van State* (Judicial Division of the Council of State) 13 August 1981, *Rechtspraak Vreemdelingenrecht* 1981, 5, *Gids Vreemdelingenrecht (oud)* D12-51, conforme o relatório *Fleeing Homophobia*. Ainda



segundo o relatório, “Orientações prevêm que, dependendo das circunstâncias do país de origem, o conceito de grupo social, na definição de refugiado, pode-se aplicar para um grupo que tenha a mesma característica como sendo a orientação sexual”<sup>10</sup>

Para T. David Parish, a categoria de grupo social “é um catch all e deveria ser interpretado de forma flexível”<sup>11</sup> (PARISH, 1992, p.926). Nem o protocolo, nem a Convenção explicitam o termo “grupo social” ou dão exemplos desse grupo. As origens do termo grupo social poderiam dar pistas do objetivo de sua alocação no conceito de refugiado. Ainda segundo PARISH, “talvez o termo grupo social foi intencionalmente mantido indefinido para que situações ignoradas ou que surgissem no futuro fossem abarcadas<sup>12</sup>” (PARISH, 1992, p. 928, tradução nossa).

Ainda em referência aos Estados Unidos (Henes, 1994, p. 377), relata o caso ocorrido em 1993, quando o Juiz de Imigração de São Francisco Philip Leadbetter deferiu pedido de asilo para um brasileiro, Marcelo Tenorio, com o argumento de homossexuais pertencerem a um grupo social perseguido no Brasil. No relato sobre perseguição que o réu sofreu no Brasil é referido que

O réu testemunhou que é homossexual. Ele pratica a homossexualidade desde os 14 anos. Ele argumentou que está com medo de retornar ao Rio de Janeiro devido ao incidente ocorrido em 1989. O réu explicou o incidente como segue: o réu saiu de uma discoteca, Encontro, e caminhou através de um pequeno parque para a parada de ônibus em frente ao clube. Ele parou sozinho nessa parada de ônibus aproximadamente às três horas da manhã esperando o ônibus para ir para casa. (...) Enquanto o réu estava parado na parada de ônibus, um carro parou próximo dele. Indivíduos do carro gritaram para ele que ele era gay. Eles saíram do carro e gritaram “bicha”, “gay” e nomes similares. (...) Eles começaram a bater nele. Eles falaram que se ele retornasse à discoteca ou fosse encontrado naquela área novamente, eles iriam pegar ele novamente e da próxima vez seria pior. Um homem saiu do carro, puxou uma faca e esfaqueou o réu. Após ser atacado, o réu desmaiou.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> Directive provides that, depending on the circumstances in the country of origin, the concept of particular social group in the refugee definition may apply to a group based on a common characteristic of sexual orientation.

<sup>11</sup> is a catch all and should be flexibly interpreted

<sup>12</sup> Perhaps the meaning of this term was intended to remain indefinite in order to allow for situations that had been overlooked and to retain flexibility in dealing with future exigencies

<sup>13</sup> Respondent testified that he is homosexual. He has been a practicing homosexual since the age of fourteen. He asserted that he is afraid to return to Rio de Janeiro due to an incident that occurred in 1989. Respondent explained this incident as follows: respondent left a gay discotheque, 'Encontro', and walked through a small park to the bus stop in front of the club. He stood alone at this bus stop at approximately 3:00 a. m. waiting for the bus to go home. (...). While respondent was standing at the bus stop, a car stopped near him. Individuals in the car yelled at him that he was gay. They got out of the car and called him a "faggot," "gay" and similar names and swore at him. (...) They began to beat him. They told him that if he returned to the discotheque or was found in that area again that they would get him again and it would be worse the next time. One man got out of the car, pulled out a knife and stabbed respondent in his side. After being attacked, respondent fainted.

Em análise a decisão do juiz americano, a teoria que suporta a ideia de LGBs pertencerem a um grupo social prosperou. Para Leadbetter (1993)

Lá existe uma associação voluntária entre os membros e uma característica que é fundamental para a identidade deles como membros de um grupo social. Orientação sexual é uma característica imutável, e algo que um solicitante de asilo não deveria ser obrigado a mudar. Assim, homossexuais são considerados membros de um grupo social.<sup>14</sup>

No Guia de Procedimento de Concessão do critério de refugiado das Nações Unidas, é expresso que onde a homossexualidade é considerada ilegal, a imposição de penalidades severas para a conduta homossexual pode gerar perseguição para ele/ela, até quanto ao uso do véu em algumas sociedades. Até nas sociedades em que a homossexualidade não é criminalizada, um solicitante de refúgio ainda poderia estabelecer um pedido válido onde o Estado consente ou tolera práticas discriminatórias ou danos perpetrados contra ele ou ela, ou onde o Estado não está apto para proteger efetivamente o solicitante contra tal dano.<sup>15</sup> (Guia de Procedimento de Concessão do critério de refugiado das Nações Unidas, p. 83)

Ainda segundo o Guia, o conceito de grupo social é como sendo “um grupo de pessoas que compartilham uma característica comum outra além do risco de serem perseguidos, ou que são reconhecidos como um grupo pela sociedade. A característica será frequentemente algo inato, imutável, ou que seja diferente para identificar a identidade, consciência ou exercício de direitos humanos.”<sup>16</sup> (Guia, 2011, p. 85)

O presente plano de trabalho também se respalda no Relatório Fleeing Homophobia, de Sabine Jansen e Thomas Spijkerboer (2011), o qual apresenta dados colhidos pelos países europeus pioneiros referentes ao refúgio de LGBTs. Segundo o relatório, os países europeus participantes do programa de recebimento de refugiados recebe, anualmente, 8.450 pedidos de asilo de LGBTs.

---

<sup>14</sup> an immutable characteristic, and one which an asylum applicant should not be compelled to change. Thus, homosexuals are considered to be members of a particular social group.

<sup>15</sup> Where homosexuality is ilegal in a particular society, the imposition of severe criminal penalties for homosexual conduct could amount to persecution, just as it would for refusing to wear the veil by women in some societies. Even where homosexual practices are no criminalised, a claimant could still establish a valid claim where the State condones or tolerates discriminatory practices or harm perpetrated against him or her, or where the State is unable to protect effectively the claimant against such harm.

<sup>16</sup> A particular social group is a group of persons who share a common characteristics other than the risk of being persecuted, or who are perceived as a group by society. The characteristic will often be one which is innate, unchangeable, or which is otherwise fundamental identity, conscience or the exercise of one's human rights

O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) busca ampliar o conhecimento e a sensibilidade dos Estados sobre esta temática, com o lançamento de publicações e guias técnicos que auxiliam a tomada de decisões em relação aos pedidos de refúgio justificados por diversidade sexual e de gênero. Entre eles estão vários documentos disponíveis na internet, como o Guia sobre pedidos de refúgio baseados na orientação sexual e identidade de gênero (de 2008), a Mesa Redonda sobre Proteção Baseada na Orientação Sexual e Identidade de Gênero (de 2010) e o Guia Básico sobre o Trabalho com Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Intersexuais no Contexto do Deslocamento Forçado (de 2011). Mais recentemente, a Diretriz nº 9 sobre Proteção Internacional (de 2012) também se refere a esta temática.

A Convenção de 51 não estabelece um órgão responsável pela interpretação dos critérios de concessão de refúgio. Apesar disso, o ACNUR divulga diretrizes a fim de orientar controvérsias advindas da interpretação desses critérios. As diretrizes do ACNUR servem como orientação legal de interpretação para governos, profissionais do Direito, assim como para funcionários do ACNUR no que tange a determinação do status de refugiado. Uma dessas diretrizes é a diretriz número 09: DIRETRIZES SOBRE PROTEÇÃO INTERNACIONAL N. 09 Solicitações de Refúgio baseadas na Orientação Sexual e/ou Identidade de Gênero no contexto do Artigo 1A(2) da Convenção de 1951 e/ou Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. Tal diretriz refere que:

Solicitações de refúgio baseadas na orientação sexual e/ou identidade de gênero são comumente enquadradas como parte da razão “pertencimento a um grupo social específico”. No entanto, outras razões podem ser aplicáveis, o que vai depender do contexto político, religioso e cultural da solicitação. Por exemplo, ativistas e defensores de direitos humanos LGBTI (ou pessoas percebidas como ativistas/defensores) podem vir a solicitar refúgio com base na opinião política ou religião se, por exemplo, o ativismo promovido por eles for visto como uma manifestação contrária às visões e/ou práticas políticas e religiosas dominantes.

Ademais, os princípios de Yogyakarta representam importante base de orientação na aplicação de Direitos Humanos voltados para as questões ligadas à orientação sexual e identidade de gênero. Inclusive, no princípio 23, é referido que “Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero”.

Ainda segundo Yogyakarta, A orientação sexual diz respeito à: “capacidade de cada pessoa de sentir uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por pessoas de um gênero diferente do seu, ou do seu mesmo gênero, ou de mais de um gênero, assim como a capacidade de manter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. A identidade de gênero se refere à: “vivência interna e individual do gênero como tal e como cada pessoa sente internamente essa vivência, a qual pode ou não corresponder com o sexo que foi determinado no momento do nascimento, incluindo uma vivência pessoal do corpo e outras expressões de gênero, como roupas, o modo de falar ou de se portar.

Percebe-se que o refugiado LGBT é aquele que não vê outra possibilidade que não seja deixar o seu país para construir a sua vida. Espera-se que um dia não seja preciso indivíduos LGBT deixarem seus países em decorrência de perseguição por sua orientação sexual ou identidade de gênero.

## REFERÊNCIAS:

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/perseguidos-por-sua-orientacao-sexual-refugiados-lgbti-conseguem-protecao-no-brasil/>> Acesso em: 10 mar 2015.

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1)> Acesso em: 25 jun 2015.

BAUMAN, Z. (2005) *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

Diretriz nº 09 do ACNUR. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/BDL/2014/9748.pdf?view=1>> Acesso em: 20 jun 2015.

Handbook and Guidelines on Procedures and Criteria for determining Refugee Status (2011). Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3d58e13b4.html>> Acesso em: 23 mai 2015.

HENES, B. F. (s.d) *The Origin and Consequences of Recognizing Homosexuals as a “particular social group” for refugee purposes*. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/tclj8&div=18&id=&page>> Acesso em: 22 jun 2015.

JANSEN, S.; SPIJKERBOER, T. F. (2011) *Homophobia – Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender Identity in Europe*. COC Nederland.

JUBILUT, L.L. (2007). *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, p. 132.

LGBT Asylum. Disponível em: <<http://www.lgbt asylum.dk/>> Acesso em: 21 mai 2015

LGBT Asylum Support Task Force. Disponível em: <<http://www.lgbt asylum.org/>> Acesso em: 21 mai 2015.

MAROUF, F. E. (2008) The Emerging Importance of "Social Visibility" in Defining a "Particular Social Group" and Its Potential Impact on Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender. *Yale Law & Policy Review*, Vol. 27, No. 1 (Fall, 2008) Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40239706>> Acesso em: 29 jun 2015

PARISH, T. D. (1992). Membership in a Particular Social Group under the Refugee Act of 1980: Social Identity and the Legal Concept of the Refugee. *Columbia Law Review Association*, Volume 92, number 4 (May 1992), p. 923 Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/1122973?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/1122973?seq=1#page_scan_tab_contents)> Acesso em: 23 mai 2015.

PERRYMAN, B.; MORRISH, D.; KASSAM, A.. The Nebulous Nexus Between Sexual Orientation and Membership in a Particular Social Group. Disponível em: <[http://www.iarlj.org/general/images/stories/Tunis\\_conference/WPPapers/Human\\_Rights\\_Working\\_Party.pdf](http://www.iarlj.org/general/images/stories/Tunis_conference/WPPapers/Human_Rights_Working_Party.pdf)> Acesso em: 25 jun 2015

Princípios de Yogyakarta, art. 23 Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org/>> Acesso em: 07 jun 2015

## **As relações de gênero na escola: Provoações psicanalíticas.**

Renata C. Plácido<sup>1</sup>

Bibiana G. Malgarim<sup>2</sup>

A escola é, por definição, um espaço de saberes e socialização, que reflete as ideologias de uma época. Na atualidade, a diversidade, especificamente as manifestações da ordem da sexualidade, apresenta-se na sociedade de forma aparentemente mais democrática ou, ao menos, em termos entendidos como mais “politicamente corretos” do que outrora. De qualquer maneira, tornar-se evidente que há mais espaço para o que nesse momento cultural e social se identifica como “diferente”, o que não significa dizer que há mais tolerância para o “diferente”. Se há uma década, por exemplo, o tema da homossexualidade era pouco tolerado nos espaços de formalidade social, como no caso da escola, hoje se constata uma ampliação da discussão e da concretização do caminho que cada sujeito traça sobre o seu afeto. No caso especificamente do adolescente, o mesmo poderá encontrar na escola um espaço de maior ou menor exposição da sua orientação sexual a partir do que ele traz consigo em termos identitários e em decorrência de suas experiências vinculares.

É através do período da adolescência que especialmente se observa de maneira intensificada as questões da ordem da sexualidade, as quais buscam ocupar um lugar mais estabelecido na vida do sujeito, ou seja, é um momento em que as questões de toda ordem podem ser olhadas sem o auxílio de uma lupa, isso porque todas elas estão engrandecidas devido à própria fase. A adolescência compreende um período de transformações biológicas, psíquicas e sociais. Constitui-se como um tempo da vida marcado pela intensidade de sentimentos e de questionamentos, que se interseccionam com as modificações decorrentes da puberdade.

---

<sup>1</sup> Psicóloga Escolar. Especialista em Gestão Empresarial pela FGV-RS. Mestre em Psicologia pela PUCRS. Professora da Faculdade de Psicologia da PUCRS e do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS.

<sup>2</sup> Psicóloga, Especialista em Psicoterapia Psicanalítica de Crianças e Adolescentes e Mestre em Psicologia Clínica. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas – Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) / RS. Autora do livro “Pais e Filhos Separados: Alienação Parental e Denúncia Caluniosa” (2015).

Sabe-se que as características psíquicas deste processo sofrem importante influência da cultura e da sociedade nas quais se desenvolve o indivíduo (Ayub e Macedo, 2010). Em um núcleo familiar em que a discussão é aberta e a dicotomia normalidade/anormalidade felizmente superada, o jovem terá mais recursos para reproduzir sua orientação sexual na escola, com a mesma dinâmica com que o fará se a sua orientação for heterossexual. Em uma família em que o tema é tratado como disfuncional, os desdobramentos podem ser diversos no âmbito escolar: o aluno pode utilizar-se do ambiente escolar para extravasar aquilo que lhe é tolhido, ou, omitir ou reprimir sua orientação.

Torna-se interessante notar que as especificações que determinam a noção de normalidade de um tempo são constantemente tomadas como sinônimo do conceito de saúde, e isso não é uma verdade absoluta. Essa situação é recorrente e pode ser observada desde os discursos mais simplistas até à alguns lugares nos quais a fala têm importante impacto, seja midiático, estético ou social.

Socialmente alguns padrões são adotados e certamente passam a ser considerados como balizadores do normal e da saúde, para isso basta citar os manuais classificatórios de “doenças mentais”<sup>17</sup>: se o sujeito preencher pelo menos alguns dos sintomas listados ele passará a ser pensado de um outro aspecto, o aspecto da doença, logo, o que não é esperado em termos de saúde, é anormal. Na adolescência essa questão toma proporções ainda mais complexas uma vez que se trata de um período de significativas mudanças na concepção identitária do sujeito e a questão da livre expressão da sexualidade ainda é um tabu na maioria dos contextos sociais – paradoxalmente numa sociedade aparentemente liberal. Logo, em um ambiente como a escola, local no qual o adolescente pode passar várias horas do seu dia, torna-se rotina questionamentos sobre a noção do que é normal ou não para determinada idade – e aí se inclui a questão da expressão da sexualidade adolescente.

Psicanalistas<sup>18</sup> possuem uma visão um pouco diferenciada entre eles para explicar o que entendem como esperado ou não para a adolescência. A já classicamente conhecida como a Síndrome da Adolescência Normal não se trata

---

<sup>17</sup> Aspas das autoras.

<sup>18</sup> Calligaris, C. A adolescência. São Paulo: PubliFolha, 2000; Aberastury, A.; Knobel, M. Adolescência Normal. Porto Alegre: ArtMed, 1981.; Jeammet, P.; Corcos, M. Novas problemáticas da adolescência: Evolução e manejo da dependência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

exatamente de um consenso entre os estudiosos da área. Entretanto, um conceito interessante é apresentado por Bergeret (1998), o qual articula de forma interessante noções de saúde e normalidade sem colocá-los como sinônimas (como se observa em todo o seu texto) e ao mesmo tempo sem os dissociar – e ainda, independente de fase ou período de desenvolvimento:

O verdadeiro “sadio” não é simplesmente alguém que se declare como tal, nem sobretudo um doente que se ignora, mas um sujeito que conserve em si tantas fixações conflituais como tantas outras pessoas, que não tenha encontrado em seu caminho dificuldades internas ou externas superiores a seu equipamento afetivo hereditário ou adquirido, às suas faculdades pessoais defensivas ou adaptativas e que se permita um jogo suficientemente flexível de suas necessidades pulsionais, de seus processos primário e secundário nos planos tanto pessoal quanto social, tendo em justa conta a realidade e reservando-se o direito de comportar-se de modo aparentemente aberrante em circunstâncias excepcionalmente “anormais”. (BERGERET, 1998, p. 24-25).

No entrave entre as demandas sociais e escolares, familiares e as do próprio sujeito adolescente, o qual busca também compreensão sobre os fenômenos pelos quais está transitando, diversas são as situações que visam comunicar uma experiência que não está suficientemente clara para o sujeito adolescente e sua família e escola: Há situações em que as famílias procuram a escola para pedir orientação quando percebem o filho interessado e/ou envolvido com pessoas do mesmo sexo. Há famílias que, ao tomarem conhecimento (consciente) a respeito da homossexualidade do filho solicitam à escola a troca de turma quando o objeto de afeto do jovem é colega de aula, por exemplo. Há ainda, famílias que não procuram a escola para tratar disso. Há alunos que buscam a equipe do Serviço de Orientação Educacional e da Psicologia da escola para buscarem compreender o seu desejo pelo colega do mesmo sexo. Há alunos que se expõem através de *actings outs*.

As formas de comunicação no período da adolescência podem variar bastante, trata-se de um sujeito que se encontra em um momento de reorganização profunda, incluindo sua condição de expressão, a qual oscila entre algo tipicamente do infantil e do adulto. Nesse aspecto, o corpo do adolescente assim como a sua sexualidade tomam parte nessas comunicações, as quais podem – e precisam – ser distinguidas para que quem receba a mensagem entenda não somente o conteúdo manifesto, mas também o latente<sup>19</sup>. Através do corpo é possível notar desde somatizações e

---

<sup>19</sup> Nota-se que essa possibilidade de compreensão e resignificação é tradicional e rotineiramente trabalhada no setting terapêutico.



autoagressões até tatuagens e piercings, por exemplo, e todas elas podem comunicar algo para o mundo externo e não possuem o mesmo conteúdo comunicativo.

Alguns autores<sup>20</sup> elencam três formas de comunicação, em especial observadas no *setting* terapêutico: *Actings* (ou Atuações), Ações Comunicativas e *Enactment*. Em relação ao primeiro, já citado também acima, trata-se de uma condição na qual há uma conduta intensa a qual se manifesta no sentido substitutivo de algum conflito ou angústia a qual não consegue ser pensada ou simbolizada, por alguma razão. Diferentemente das Ações Comunicativas, os *Actings* se caracterizam por serem mais regressivos e, portanto, a capacidade de pensar encontra-se prejudicada. Nas Ações Comunicativas a capacidade de pensar encontra-se mais preservada e em potencial, ou seja, elas se destinam justamente a serem pensadas. No caso do *Enactment*, mais particularmente típico do *setting* psicoterapêutico, trata-se de uma experiência que envolve a dupla paciente e psicoterapeuta de forma inconsciente, dessa forma o par não tem consciência, sendo que o psicoterapeuta está envolvido sujeito aos seus próprios pontos cegos.

Diante de tantos desafios no âmbito da comunicação, individual ou coletiva, impõe-se ainda o fato de que a diversidade sexual, revelada sob um discurso ambivalente de uma sociedade de contornos frágeis, pode ser um ponto de conflito ainda mais ansiogênico aos processos que são característicos da adolescência, que se fazem presentes no processo de construção de identidade.

Especialmente nos grandes centros urbanos o que o adolescente encontra em termos de organização social é um discurso que aponta para uma liberdade e igualdade de direitos e oportunidades, oferecendo a plena realização a todos, a partir de formas massificadas de consumo (Rosa, 2002). Neste contexto, Blos (1985/1998) afirma que as realidades sociais nas quais o adolescente se insere, oferecem caminhos para a satisfação e a modificação de pulsões dentro de um conjunto limitado de padrões de comportamento e canais de descarga. Isso representa, invariavelmente, uma tentativa desesperada de buscar contornos ou de impor limites, através do corpo, a uma vida sem limites que lhes é oferecida pelo mundo adulto e o social (Coutinho, 2006).

Considera-se, tal como asseveram Ayub e Macedo (2010), que a cultura é um forte representante do campo intersubjetivo, o que nos estimula a pensar as vias

---

<sup>20</sup> Castro, MGK; Timmen, VF. 2009. Formas comunicativas na psicoterapia com adolescentes. In.: CASTRO, M. da G. K. & STÜRMER, A. (orgs.) (2009). Crianças e adolescentes em psicoterapia. Porto Alegre: Artmed.

pelas quais a complexidade própria da adolescência pode ser incrementada em seus desafios e dificuldades. Neste contexto, à escola cabe acolher o que emerge da singularidade como tal e, ao mesmo tempo, do coletivo, e trabalhar, em cada um dos âmbitos, a partir disso, sem a premissa de práticas educativas de outrora que se estabeleciam sob a égide do julgamento. A orientação sexual, a escolha da vestimenta (quando a escola não adota o uso de uniforme, por exemplo), os adornos ou marcas corporais escolhidas pelo aluno, se não afrontam o espaço de boa convivência e tolerância à diversidade, não podem ser objeto de exclusão ou discriminação social, qualquer que seja o ambiente.

A escola ao mesmo tempo em que se oferece como um espaço ampliado para acolher o desenvolvimento do aluno, também o confronta com outras exigências não menos complexas. Daí a importância – e o desafio – de a escola demarcar as diferenças de sua função formativa para o apelo que há, por vezes, a uma apropriação do exercício de funções parentais. Nesse sentido, a escola deve se propor a ampliar as discussões cujo ponto de partida é a “relação sexual” – o que supostamente habilita o aluno ao status de adolescente - convocando este aluno a refletir sobre conteúdos adjacentes: afeto, identidade sexual, identidade de gênero, (in)tolerância, “atuações” do corpo que substituem o pensar, culto à felicidade.

Por meio de discussões em sala de aula ou em oficinas promovidas pela equipe de Psicologia, ciclo de palestras para pais, dentre outras ações pontuais, a escola torna-se uma via legítima de estímulo ao exercício de aprofundamento, de crítica, de construção de identidade. Quando quaisquer questões emocionais do aluno obstaculizam, em maior ou menor grau, o processo de escolarização, a escola busca estratégias que permitam desdobramentos mais saudáveis ao seu sofrimento, o que inclui, em alguns casos, o encaminhamento, individual ou familiar, a um acompanhamento externo – em geral, a psicoterapia. Contudo, a continência daquilo que é produto da equação endogâmico – exogâmico, por meio de uma parceria efetiva entre a família e a escola, torna capaz de oportunizar ao jovem condições mais saudáveis às exigências do tempo.

## REFERÊNCIAS

AYUB, R.C.P. & MACEDO, M.M.K. (2010) 2<sup>a</sup> ed. A escuta da adolescência em tempos de excessos. Em: *Adolescência e Psicanálise: interseções possíveis*. Edipucrs.

BERGERET, J. (1998) A personalidade normal e patológico. 3<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

BLOS, P. (1998). *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*, (2<sup>a</sup>ed). São Paulo: Martins Fontes.

CASTRO, MGK; TIMMEN, VF. (2009). Formas comunicativas na psicoterapia com adolescentes. In.: CASTRO, M. da G. K. & STÜRMER, A. (orgs.) (2009). *Crianças e adolescentes em psicoterapia*. Porto Alegre: Artmed.

COUTINHO, L.G. (2006). Pensando sobre as especificidades da clínica psicanalítica com adolescentes. [Versão eletrônica]. *Latin-american journal of fundamental psychopathology on-line*. Ano VI (2). Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/journal/nov6/5.pdf>> Acesso em 20 mai 2016.

ROSA, M.D. (2002). Adolescência: da cena familiar à cena social. *Revista Psicologia USP* 13 (2). [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-65642002000200013&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=SO103-65642002000200013&script=sci_arttext&tlng=es)> Acesso em 20 mai 2016.

## Neuropsicanálise: Uma Análise da Literatura Nacional

Camila Rückert (FEEVALE) <sup>1</sup>

Gabriela da Silva Marques (FEEVALE) <sup>2</sup>

### RESUMO

Neuropsicanálise é um novo campo que pretende unir a psicanálise à neurociência. Em 1999 foi lançada a revista *Neuro-psychoanalysis* por neurocientistas em parceria com psicanalistas. Em seguida, em 2000, foi fundada a Sociedade Internacional de Neuropsicanálise pelo neurocientista e psicanalista Mark Solms e por sua esposa, Karen Kaplan-Solms, neuropsicóloga e psicanalista. Desde então, diversos e, por vezes controversos, são os debates acerca deste campo científico. Em vista disso, buscou-se uma maior compreensão acerca do tema. O objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura a fim de identificar a produção científica dos últimos 10 anos referente ao tema neuropsicanálise, buscando descrever as tendências gerais das pesquisas sobre essa temática no Brasil. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura desenvolvida no mês de setembro de 2015. A busca dos artigos disponíveis em português dos últimos 10 anos, foi realizada através do descritor “neuropsicanálise”, na base de dados BVS. Foram encontrados 13 estudos no total, sendo 5 repetidos, os quais foram descartados. Desse modo, foram analisados 8 artigos nesta pesquisa. A partir da análise dos artigos selecionados foi observado que há posições dicotômicas referentes ao assunto. Há uma corrente psicanalítica que considera significativa a contribuição das neurociências, pois entende que os dois campos trazem importantes colaborações para a prática de ambos, inclusive, salientam estudos que comprovam a existência de uma predisposição genética, e relacionam com as vivências subjetivas, concluindo que os dois estão implicados para que se desenvolva um transtorno psíquico. Também referem a existência de estudos que comprovam a eficiência do atendimento psicanalítico a pacientes com problemas neurológicos. O outro grupo defende que a busca de uma base orgânica reduziria a psicanálise a uma parte da neurociência, salientando que alguns conceitos psicanalíticos, como a sexualidade, seriam impossíveis de se “localizar” organicamente, já que se desenvolvem em nível psíquico das representações. Assim, desprezar a sexualidade do psiquismo tornaria inexplicável a teoria psicanalítica. Entre os 8 artigos analisados, 5 são favoráveis ao diálogo entre psicanálise e neurociências e 3 são contrários. Através dos estudos analisados, pode-se perceber que não há consenso entre os psicanalistas no que se refere à uma integração com as Neurociências. Acredita-se que há espaço para debates sobre o assunto, em vista que essa área ainda está em crescimento e há muitos psicólogos que desconhecem o tema. Conclui-se que são necessários mais estudos referentes à interface entre essas duas vertentes do pensamento psicológico.

**Palavras-chave:** Psicanálise, Neurociências, Neuropsicanálise.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Psicologia, Universidade Feevale. Email: [camilaruckert@feevale.br](mailto:camilaruckert@feevale.br). Telefone: 051 9355 1577. Endereço: Avenida Irineu Becker 44, bairro Centro, Dois Irmãos, CEP: 93950-000.

<sup>2</sup> Discente do curso de Psicologia, Universidade Feevale. Email: [marquesgabriela19@gmail.com](mailto:marquesgabriela19@gmail.com). Telefone: 054 99552207. Endereço: Rua Coronel Lulu Machado 31, bairro Centro, São Francisco de Paula, CEP: 95400-000.

## INTRODUÇÃO

Segundo Solms (2015), Freud, iniciou seus estudos mapeando e estruturando as funções da mente humana e reconheceu que estas eram relacionadas com a estrutura e funções cerebrais. Porém, na época reconheceu que não havia ferramentas para mapear essas relações e deslocou-se a estudar a mente pelo viés psicológico. Separar a Psicanálise da Neurociência foi uma decisão necessária, mas ele sempre soube que chegaria o dia em que esse mapeamento seria possível de ser realizado.

Nas últimas três décadas os pesquisadores têm estudado e investigado cada vez mais o cérebro e suas múltiplas funções. Bocchi e Almeida (2013) destacam que desde 1990, os cientistas têm notado a necessidade de incluir a subjetividade humana nestes estudos. A partir de então, surgiu um possível encontro entre as neurociências e as teorias psicanalíticas. Segundo Guerra e Xavier (2008), surgiu a oportunidade ideal para a retomada do projeto de Freud para embasar neurologicamente a psicanálise.

Bocchi e Almeida (2013) relatam que o primeiro grupo de estudos sobre o assunto, denominado como “Neurociência e Psicanálise”, aconteceu em Nova Iorque, no ano de 1994. Após alguns anos, em 1999, foi lançada a revista *Neuropsychanalysis* por neurocientistas em parceria com psicanalistas, pesquisadores deste mesmo grupo. Em seguida, em 2000, houve o 1º Congresso Internacional de Neuropsicanálise em Londres, evento no qual também ocorreu a fundação da Sociedade Internacional de Neuropsicanálise pelo neurocientista e psicanalista Mark Solms e por sua esposa, Karen Kaplan-Solms, fonoaudióloga, neuropsicóloga e psicanalista. Desde então, anualmente ocorre um novo congresso para discutir assuntos da área, aumentando o número de pesquisadores que sentem a necessidade desta união entre a Psicanálise e as neurociências.

Diversos e, por vezes controversos, são os debates acerca deste campo que pretende unir a psicanálise à neurociências, buscando uma visão mais integrada entre as abordagens biológicas e psicodinâmicas, considerando que a distância entre as duas abordagens, somente traz prejuízos para ambas (BOCCHI, ALMEIDA, 2013; DAVIDOVICH, WINOGRAD, 2010).

Em vista disso, buscou-se uma maior compreensão acerca do tema. Dessa forma, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática da literatura a fim de identificar a produção científica dos últimos 10 anos referente ao tema

Neuropsicanálise, buscando descrever as tendências gerais das pesquisas sobre essa temática no Brasil. Portanto, trata-se de uma revisão sistemática da literatura desenvolvida no mês de setembro de 2015.

## **METODOLOGIA**

Primeiramente, foi realizada uma busca dos artigos disponíveis em português dos últimos 10 anos, através do descritor “neuropsicanálise”, na base de dados BVS. Foram encontrados 13 estudos no total. Posteriormente, foram lidos os títulos, objetivos e discussões de cada trabalho, descartando os que não se encaixavam nos quesitos desta pesquisa e os repetidos. Destes 13 localizados, 5 eram repetidos, desse modo, descartados. Assim, apenas 8 artigos foram utilizados nesta pesquisa.

A temática dos artigos, visto que é um campo muito recente, pautou-se basicamente em estabelecer um posicionamento, mostrando-se contrário ou favorável a um diálogo entre a Psicanálise e a Neurociência. O presente estudo busca trazer esses posicionamentos, descrevendo seus argumentos e por fim fazendo uma análise dos dados encontrados.

## **RESULTADOS**

Davidovich e Winograd (2010) destacam em seus estudos as diversas opiniões de psicanalistas e neurocientistas em relação a (im)possibilidade de interlocução neuropsicanalítica. Há várias discussões e opiniões distintas acerca deste assunto. Por este motivo, para um melhor entendimento das distintas opiniões, os autores denominam três grupos para classificar os pesquisadores a favor e contra a conversa entre as áreas: 1- hibridação, 2- isolamento e o 3- interlocução.

O primeiro grupo apresentado acredita na construção de um campo híbrido, onde os conhecimentos da neurociência poderiam contribuir muito para a teoria psicanalítica, fornecendo fundamentos e instrumentos metodológicos mais sólidos sobre o funcionamento psíquico humano. É a partir deste grupo que se criou a neuropsicanálise. O segundo grupo, conhecido como o de isolamento, pois como o nome já diz, acredita ser impossível uma conversa entre psicanálise e neurociências, alegando que, com este novo campo, a psicanálise somente estaria se submetendo as regras científicas atuais. Por fim, o grupo de interlocução, acredita que a

psicanálise não substitui as neurociências e da mesma forma o contrário. Estes pesquisadores creem que não há necessidade de um campo híbrido, mas também, não concordam com a impossibilidade de diálogo entre ambos. Os autores deste grupo pensam que a pesquisa interdisciplinar pode ser muito construtiva, na qual as especificidades epistemológicas e metodológicas de cada campo sejam preservadas (DAVIDOVICH, WINOGRAD, 2010).

Como já esperado, cada pesquisador defende seu grupo, e isso promove bastante polêmica. Pois os autores a favor desta conversa, apresentam ideias positivas sobre a interlocução das áreas, mas em contrapartida, há muitos profissionais que demonstram resistência e dificultam um diálogo produtivo entre ambos (MONTAGNA, SOUSSUMI, 2009). Além disso, há muitos profissionais da área da psicologia que desconhecem este novo campo.

Alguns autores psicanalistas afirmam que, com esta conversa neuropsicanalista, haveria a chance de neurocientistas julgarem os conhecimentos adquiridos pela psicanálise, a ponto de validá-los ou não, a partir do (des)conhecimento de neurocientistas sobre a teoria. Considerando assim a neuropsicanálise uma ameaça à psicanálise e suas teorias (MONTAGNA, SOUSSUMI, 2009). Montagna e Soussumi (2009) expõem também no mesmo estudo, autores que validam esta integração, e discutem a importância da união em pesquisas como no estudo das emoções, da memória, suas relações com o sonhar, comunicação entre neonatos e suas mães, entre a voz da mãe durante o a gestação conversando com o bebê, desenvolvimento dos sistemas conscientes e inconscientes, entre outros temas a ser pesquisados incomum. Inclusive, estes autores apontam, que graças aos neurocientistas, atualmente a psicanálise ocupa um maior espaço, que antigamente lhe era negado. Pois segundo o autor, a partir do momento em que os neurocientistas passaram a utilizar referências teóricas psicanalíticas, “as portas começaram a se abrir para a psicanálise” (MONTAGNA, SOUSSUMI, 2009).

Calazans e seus colaboradores (2012) apontam que através da neuropsicanálise, a psicanálise teria mais suporte para responder a críticas que sugerem a teoria como pseudociência, que se baseia em dados supostamente objetivos. Mas ao mesmo tempo questionam se valeria a psicanálise se apoiar em um método diferente a ela? Afinal, dessa forma estariam misturando dois métodos: aquele onde o sujeito demanda um tratamento clínico, que envolve a fala do paciente; e o outro, relativo ao funcionamento do sistema nervoso do sujeito, este

que não depende do sujeito e sim de procedimentos experimentais. Nesta perspectiva, os autores acreditam que a psicanálise corre o risco de ser reduzida a um capítulo menor da neurociência, havendo uma mudança no sentido dos conceitos psicanalíticos.

Também é trazida à discussão a Equação Etiológica, proposta por Freud em 1895, onde ele aponta como variável para o desenvolvimento de neuroses a “Pré-Condição”, que seriam os fatores hereditários. Ancorado nisso, Winograd (2007) traz diversos estudos que comprovam a ligação entre a questão genética e ambiental e da forma como o ambiente potencializa as chances de determinado transtorno se desenvolver quando a pessoa tem a predisposição, segundo o autor, esta seria a denominação de resiliência na Psicanálise, portanto já faz parte da Teoria Freudiana. O autor conclui que se de um lado a predisposição sozinha não “significa uma condenação ao sofrimento eterno” e que são necessários eventos traumáticos ao longo da vida, de outro, “a plasticidade de nosso sistema nervoso permite atenuar ou até mesmo reverter certos quadros patológicos”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos artigos selecionados foi observado que há posições dicotômicas referentes ao assunto. Há uma corrente psicanalítica que considera significativa a contribuição das neurociências, pois entende que os dois campos trazem importantes colaborações para a prática de ambos, inclusive, salientam estudos que comprovam a existência de uma predisposição genética, e relacionam com as vivências subjetivas, concluindo que os dois estão implicados para que se desenvolva um transtorno psíquico. Também referem a existência de estudos que comprovam a eficiência do atendimento psicanalítico a pacientes com problemas neurológicos. O outro grupo defende que a busca de uma base orgânica reduziria a psicanálise a uma parte da neurociência, salientando que alguns conceitos psicanalíticos, como a sexualidade, seriam impossíveis de se “localizar” organicamente, já que se desenvolvem em nível psíquico das representações. Assim, desprezar a sexualidade do psiquismo tornaria inexplicável a teoria psicanalítica. Entre os 8 artigos analisados, 5 são favoráveis ao diálogo entre psicanálise e neurociências e 3 são contrários.



Através dos estudos analisados, pode-se perceber que não há consenso entre os psicanalistas no que se refere à uma integração com as Neurociências. Acredita-se que há espaço para debates sobre o assunto, em vista que essa área ainda está em crescimento e há muitos psicólogos que desconhecem o tema.

Conclui-se que são necessários mais estudos referentes à interface entre essas duas vertentes do pensamento psicológico dada à pouca publicação ainda neste campo.

## REFERÊNCIAS

BOCCHI, J. C.; ALMEIDA, D.M. (2013). *Do divã à neuropsicanálise: alguns casos clínicos à luz da teoria freudiana*. Ciências & Cognição.

CALAZANS, R.; GASPAR, F.D.; NEVES, T.I (2007). *Revisionismo, Neuropsicanálise e Fantasma*. Asephallus.

CALAZANS, R.; PENA, D.C.S; BRITO, M.T. (2012) *Neuropsicanálise: um projeto abandonado por Freud*. Mental, Barcelona-MG.

DAVIDOVICH, M.M.; WINOGRAD, M. (2010) Psicanálise e neurociências: um mapa dos debates. *Psicologia em Estudo*, Maringá.

GUERRA, E. M.; XAVIER, J.I. T. (2008) Perspectiva sobre o projeto de constituição da neuropsicanálise: um olhar crítico. *Ciência & Cognição*.

LYRA, C.E.S. (2005) Neuropsicanálise: um novo paradigma para a psicanálise no século XXI. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*.

MONTAGNA, P.; SOUSSUMI, Y. (2009). Em que nos toca a neurociência? *Revista Brasileira de Psicanálise*.

SOLMS, M. (2015). *The Feeling Brain: Selected Papers on Neuropsychanalysis*. Karnac Books.

WINOGRAD, M.; COIMBRA, C.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. (2007) O que se traz para a vida e o que a vida nos traz: uma análise da equação etiológica proposta por Freud à luz das neurociências. *Psicologia: Reflexão e Crítica*.

## **Bancários em sofrimento: uma análise da literatura nacional**

Gabriela da Silva Marques (FEEVALE) <sup>1</sup>

Carmem Regina Giongo (FEEVALE) <sup>2</sup>

### **RESUMO**

Os bancários fazem parte de uma das categorias profissionais que mais adoecem no Brasil, com elevados riscos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Assim, este estudo teve como objetivo realizar uma breve revisão teórica a fim de descrever os fatores de sofrimento e as estratégias de enfrentamento utilizadas por bancários frente as vivências de trabalho. Além disso, buscou-se investigar os principais serviços de apoio que estes trabalhadores procuram, incluindo ações disponibilizadas pelas agências bancárias. Trata-se de um estudo teórico, realizado entre os meses de junho e setembro de 2015, que pesquisou artigos na base de dados BVSPSI. Insegurança, pressões de superiores, assédio moral, lesões por esforços repetitivos são algumas vivências de sofrimento que se destacaram nos estudos. Encontrou-se nos artigos pesquisados, algumas parcerias feitas por Sindicatos de Bancários com Universidades em busca de uma melhor qualidade de vida para o trabalhador. Quanto ao apoio dado pelas agências bancárias foram constatadas atividades físicas de prevenção de lesões por esforços repetitivos. Notou-se carência em estudos relacionados as ações realizadas pelos bancos para promoção da saúde mental. Conclui-se que os trabalhadores bancários investigados pelos estudos nacionais se encontram em intenso sofrimento psíquico, possuem frágeis fontes de apoio e usufruem de raras intervenções promovidas pelas agências bancárias, insuficientes do ponto de vista da saúde mental.

**Palavras-chave:** Bancários; vivências de sofrimento; enfrentamento; saúde mental; saúde do trabalhador.

---

<sup>1</sup> Gabriela da Silva Marques – Acadêmica do curso de Psicologia, Universidade Feevale. Email: marquesgabriela19@gmail.com. Telefone: 054 99552207. Endereço: Rua Coronel Lulu Machado 31, bairro Centro, São Francisco de Paula, CEP: 95400-000.

<sup>2</sup> Carmem Regina Giongo – Docente do curso de Psicologia, Universidade Feevale. Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: ca.aiesec@gmail.com. Telefone: 051 9271 1901. Endereço: Avenida Andaraí 566, apto 906, bloco A, bairro Passo D'Areia, Porto Alegre, CEP: 91350-110.

## INTRODUÇÃO

O trabalho é de fundamental importância na vida psíquica do sujeito, na medida em que proporciona uma rede de trocas e interações sociais que irão mediar o desenvolvimento e a complementação da identidade individual. É no trabalho que o sujeito irá se deparar com as contradições entre o objetivo das organizações, pautado na lucratividade, e os seus próprios objetivos, permeados por angústias, medos e desejos. Sendo assim, o trabalho poderá promover tanto a saúde e o desenvolvimento psicossocial do trabalhador, quanto o sofrimento e o adoecimento físico e psíquico (Lancman & Ghirardi, 2002).

Sabe-se que as pessoas dedicam grande parte do seu dia ao trabalho, precisando dar conta do cumprimento de metas exigidas pelas organizações, das transformações provocadas pelos avanços da tecnologia, da alta competitividade e da demanda crescente pelo aumento de produtividade. Em consequência, surgem várias vivências de sofrimento e de adoecimento que fragilizam o trabalhador, demandando redes de apoio que possam promover ou intervir no campo da saúde mental (LIMA, 2004). Além das características da organização do trabalho, locais de trabalho onde há grande movimento de pessoas e que há constante circulação de dinheiro estão expostos a um forte risco de assalto, aumentando a tensão entre os trabalhadores (SCHNEIDER; WERLANG, 2013).

Neste contexto estão os trabalhadores bancários do Brasil, que se encontram predispostos a doenças físicas e mentais, violências e intenso sofrimento psíquico (LIMA, 2004). Na base destes efeitos estão as características da organização do trabalho bancário, pautadas na precarização geral do trabalho e da subjetividade, na solidão do trabalhador, nas políticas de gestão que incentivam a individualização, nas fortes pressões pelo atingimento de metas e resultados, no aumento do ritmo de trabalho e nas violências éticas e morais (PAPARELLI, 2011; SOARES; VILLELA, 2012). Além disso, o estresse causado a partir da experiência de um evento traumático, como no caso de um assalto, por exemplo, pode alterar a qualidade de vida da vítima, trazendo uma redução na motivação necessária para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao trabalho, despertando sensação de incompetência e, como resultado baixa autoestima (KRISTENSEN et al, 2010).

Diante deste contexto, este trabalho teve como objetivo realizar uma breve revisão teórica a fim de descrever os fatores de sofrimento e as estratégias de enfrentamento utilizadas por bancários frente as vivências de trabalho. Além disso,

buscou-se investigar os principais serviços de apoio que estes trabalhadores procuram, incluindo ações disponibilizadas pelas agências bancárias. Trata-se, assim, de um estudo teórico, realizado entre os meses de junho e setembro de 2015, que pesquisou artigos de maneira sistemática na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil, através do descritor *bancários*.

## **VIVÊNCIAS DE SOFRIMENTO**

Conforme algumas pesquisas, as vivências de sofrimento do trabalhador bancário estão relacionadas a organização do sistema bancário, que integra a alta competitividade e a sobrecarga de tarefas para cada funcionário. Desta forma, o bancário encontra-se vulnerável diante de atividades complexas e de altas cargas psicoafetivas, nas quais precisa controlar-se emocionalmente. Ainda lhe é demandado um trabalho muito próximo da perfeição, exigindo que sejam assumidas numerosas responsabilidades, sem deixar de cumprir os prazos estipulados. Associado a isso, está a incerteza quanto a sua carreira profissional e a própria garantia do emprego (PAPARELLI, 2011).

Adalberto Junior et al (2009) relatam que muitas vezes o bancário precisa superar valores pessoais para atingir metas exigidas pela empresa, como por exemplo, vender algo que nem mesmo ele compraria. Este processo gera o que poderíamos nomear de um sofrimento ético. Assim, é comum que estes trabalhadores sejam forçados a agir contra suas vontades, ultrapassando seus princípios éticos e morais (PAPARELLI, 2011).

O Assédio moral é relatado com frequência nos estudos sobre bancários. Estas ofensas geralmente são praticadas pelo responsável superior das equipes, normalmente, pelas gerências (PAPARELLI, 2011). O assédio moral caracteriza-se por ações que desvalorizam, humilham e diminuem o ser humano, como por exemplo, desrespeito, perseguição, isolamento físico e psicológico, ofensas que afetam o próximo. Trata-se de algo contínuo e desgastante, que causa esgotamento moral e psicológico no trabalhador, deixando-o favorável às somatizações que podem desequilibrar sua saúde mental e física. Além disso, o assédio moral pode tornar o ambiente pesado, prejudicando o rendimento no trabalho (SOARES; VILLELA, 2012).

Outro fator de sofrimento recorrente está relacionado as preocupações causadas pelas pressões psicológicas que ocorrem na organização, em busca do

cumprimento de metas. Segundo Rocha (2007), os bancários sofrem tanto pressões internas como externas. A primeira está relacionada ao receio de errar algum cálculo e ter que reembolsar algum valor, ou ainda, a necessidade constante de cumprimento de horários e metas. As pressões externas, as quais o autor nomeia como “um bicho” para o trabalhador, são representadas pelas enormes filas de espera por atendimento e pelas exigências dos gerentes. Essas pressões deixam o bancário angustiado e agitado para terminar rapidamente o acúmulo de pessoas, todavia, o serviço nunca termina, e o dia de trabalho passa a ser uma nova correria. Diante disso, segundo a autora, o ambiente de trabalho é mencionado como pesado e depressivo, o qual gera sofrimento, insônia e adoecimento.

Igualmente, humilhações, reclamações de chefes e clientes, metas acirradas para cumprir, trazem o fator insegurança para o pensamento do bancário. Onde o trabalhador teme não ser capaz de realizar seus deveres, sofre pelo medo de perder o emprego, gerando incertezas em relação ao seu futuro e sua carreira profissional (RESENDE; MENDES, 2004). Estas incertezas são relativamente contemporâneas, pois houve, na década de 90, uma acentuada reestruturação financeira internacional e nacional na área bancária, que passou a exigir maior produtividade e requalificação dos profissionais. Ocasionalmente, algo que era considerado “para a vida toda”, hoje está sujeito a mudanças, incluindo transferências de um banco para outro e/ou de cargo. Assim, houve uma elevação da insegurança no contexto do trabalho bancário (SCOPEL et al, 2012). Adalberto Junior et al (2009) afirma que estas modificações do setor bancário causaram, conseqüentemente, grandes efeitos na relação saúde e trabalho, pois notou-se um aumento do sofrimento mental do trabalhador.

Na década de 90, houve uma reestruturação produtiva, onde a categoria que mais sofreu as conseqüências das mudanças foi a dos bancários. A partir de então, patologias como Lesões por Esforços Repetitivos (LER), também conhecida como Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), aumentaram drasticamente (ROCHA, 2007). Em um estudo feito com 502 bancários de Pelotas e região, foi constatado que 60% dos participantes sentiram dor musculoesquelética no último ano, entre estes, 40% mencionaram que a dor estaria relacionada à sua função no trabalho (BRANDÃO et al, 2005). Gravina e Rocha (2006) também identificam a presença da dor como uma grande dificuldade na vida do bancário com diagnóstico de LER. Além disso, os sujeitos com esta patologia, mencionam o sentimento de incapacidade e o preconceito que enfrentam diariamente. Assim, sentem-se

solitários, devido à falta de entendimento dos colegas e da família diante da situação, que muitas vezes duvidam das dores descritas (MUROFUSE; MARZIALE, 2001).

## **ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO**

A partir da pesquisa realizada, foram identificados poucos artigos que tratavam de temáticas relacionadas às estratégias de enfrentamento e aos serviços de apoio oferecidos aos bancários em situações de sofrimento ou de adoecimento relacionados ao trabalho. Os relatos encontrados podem ser resumidos em: reabilitação profissional oferecida pelo INSS; atividades físicas e ações de gestão de pessoas disponibilizadas pelas agências bancárias; e programas de apoio organizados por universidades e sindicatos.

Devido ao alto índice de pessoas diagnosticadas com LER, vinculadas aos bancos, algumas agências oferecem espaço para seus trabalhadores realizarem pequenas ginásticas, alongamentos (principalmente exercícios com pulsos, braços e pescoço) durante o expediente. Também é feita troca de funções e rodízios de equipamentos. Essa atitude é tomada pelo banco na expectativa que o trabalhador resista por mais tempo no trabalho, assim na esperança de evitar futuros afastamentos (MUROFUSE; MARZIALE, 2001).

Conforme Adalberto Junior (2009), em Brasília, o INSS promove períodos de reabilitação profissional para trabalhadores bancários afastados por LER/DORT, em parceria com a Universidade de Brasília, onde estudantes de psicologia com supervisão, formam grupos na tentativa de inserir novamente esses profissionais ao mercado de trabalho. Normalmente essas pessoas são encaminhadas por Sindicatos Bancários.

É visto que os Sindicatos Bancários estão procurando auxílios através de parcerias com Universidades. Renata Paparelli (2011) relata em seu artigo experiências vividas em uma parceria do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e o curso de Psicologia da PUC-SP. A pesquisadora descreve várias vivências adquiridas a partir desta parceria, como pesquisas e intervenções feitas com trabalhadores, visando desmistificar questões de saúde mental relacionada ao trabalho (PAPARELLI, 2011). Ressalta-se o valor de um trabalho como esse, onde o sujeito tem a oportunidade de tirar dúvidas e entender o processo pelo qual está passando, a relação disso com sua história de vida, e ao mesmo tempo, com o momento de reestruturação produtiva atual.

No mesmo sentido, Schneider (2011) traz em seu artigo estudos feitos pelo curso de Psicologia da PUC-RS em parceria com o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Através destes registros, pode-se perceber o interesse de parcerias entre Sindicatos de bancários e Universidades, em busca de suporte, auxílio e melhor qualidade de vida para os trabalhadores ativos no mercado de trabalho ou afastados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo realizar uma breve revisão teórica a fim de descrever os fatores de sofrimento e as estratégias de enfrentamento utilizadas por bancários frente as vivências de trabalho. Além disso, buscou-se investigar os principais serviços de apoio que estes trabalhadores procuram, incluindo ações disponibilizadas pelas agências bancárias.

Diante disso foram identificados inúmeros estudos que investigam a relação entre a organização do trabalho bancário e a saúde mental do trabalhador, destacando os efeitos gerados pelas transformações econômicas e de gestão implantadas na década de 1990. Vivências de sofrimento como violações éticas e morais, dor física, assédio moral, ausência de coletivo de trabalho e a necessidade de cumprimento de metas inalcançáveis, foram aspectos recorrentes nos estudos analisados. Em contrapartida, notou-se carência de estudos focados no apoio e nos programas feitos pelo banco para auxiliar seus trabalhadores, principalmente com foco na saúde mental. As estratégias de enfrentamento descritas geralmente são individuais e encontram respaldo nas raras parcerias entre sindicatos e universidades.

Diante da existência de vários materiais publicados sobre as vivências de sofrimento de bancários, percebe-se a necessidade de estudos que identifiquem e investiguem possíveis estratégias de intervenção e de promoção da saúde mental e da qualidade de vida destes trabalhadores. O atual cenário descrito pelos estudos analisados demanda não apenas intervenções pontuais ou individualizadas, mas que envolvam a organização do trabalho como um todo, que fortaleçam a rede de apoio e, principalmente, que auxiliem na construção do coletivo de trabalho.

**REFERÊNCIAS**

- Brandão, A. G., Horta, B. L., & Tomasi, E. (2005). Sintomas de distúrbios osteomusculares em bancários de Pelotas e região: prevalência e fatores associados. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 8(3), 295-305. doi: 10.1590/S1415-790X2005000300011
- Gravina, M. E. R., & Rocha, L. E. (2006). Lesões por Esforços Repetitivos em bancários: reflexões sobre o retorno ao trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 9(2), 41-55.
- Junior, A. V. S., Mendes, A. M., & Araujo, L. K. R. (2009). Experiência em clínica do trabalho com bancários adoecidos por Ler/ Dort. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 614-625.
- Kristensen, Cristian Haag; Schaefer, Luiziana Souto; Busnello, Fernanda de Bastani. *Estratégias de coping e sintomas de stress na adolescência*. Campinas, 2010.
- Lancman, S., Ghirardi, M. I. G. (2002). Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 13(2), 44-85. Obtido em [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1415-91042002000200002&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1415-91042002000200002&script=sci_arttext)
- Lima, F. B. (2004). *Stress, qualidade de vida, prazer e sofrimento no trabalho de Call Center*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, PUC-Campinas.
- Murofuse, N. T., Marziale, M. H. P. (2001). Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de lesões por esforços repetitivos: LER. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 9(4), 19-25. Recuperado em 14 de setembro de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692001000400004&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000400004&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0104-11692001000400004.
- Paparelli, R. (2011). Grupos de enfrentamento do desgaste mental no trabalho bancário: discutindo sobre saúde mental do trabalhador no sindicato. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36(123), 139-146. Recuperado em 14 de setembro de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572011000100013&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572011000100013&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0303-76572011000100013.
- Resende, S., Mendes, A. M. (2004). A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 4(1), 151-175.
- Rocha, S. R. A. (2007). Depressão relacionada aos distúrbios osteomusculares no trabalho bancário. In A.M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa* (pp. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Schneider, A. M. A., & Werlang, B. S. G. (2013). Assalto no local de trabalho, personalidade e coping: Uma revisão da literatura. *Psicologia Argumento*, 31(72), 101-111.



Scopel, J., Oliveira, P. A. B., & Whermeister, F. C. (2012). LER/DORT na terceira década da reestruturação bancária: novos fatores associados? *Revista de Saúde Pública*, 46(5), 875-885.

Soares, L. R., Villela, W. V. (2012). O assédio moral na perspectiva de bancários. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 203-212.

I Encontro História & Psicologia

dialogando **Relações de Gênero**



**Metamorfose Cursos**

[www.metamorfosecursos.com.br](http://www.metamorfosecursos.com.br)



**wwlivros**

editora de livros impressos e digitais